

21 de Novembro 2016
 Segunda-Feira
 Semanário - Ano 1
 Nº 36 / kz 400
 Director-Geral
 Evaristo Mulaza

Farmácias facturam 42 milhões de dólares

O negócio vai além da venda de medicamentos e pode facturar 42 milhões de dólares por ano. A revelação é da Ordem dos Farmacêuticos de Angola, mas há empresários que apontam perdas de mercadorias nos portos e aeroportos. Pág. 11

NORBERTO GARCIA, DIRECTOR-GERAL DA UTIP

A nota do Banco Mundial a Angola está errada

ENTREVISTA. À frente da Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP), há cerca de um ano, Norberto Garcia contesta o mais recente relatório do Banco Mundial, 'Doing Business', que, numa lista de 190 nações, coloca Angola na 182.ª posição entre os piores países para se fazer negócios. Sobre a flexibilização da lei do investimento, como sugeriu há uma semana, ao VALOR, a embaixadora dos Estados Unidos, Helen La Lime, Garcia diz que, por razões de soberania, os angolanos devem estar presentes. Págs. 4 a 6



Mário Muijães © VE

ACORDO FECHA NO PRÓXIMO ANO

Total negocea com Sonangol entrada na distribuição

PETRÓLEOS. A Total Angola está na mesa das negociações para a aquisição de 49% de, pelo menos, 50 postos de venda de combustíveis da Sonangol. O acordo deve ficar fechado no segundo trimestre do próximo ano e deverá marcar a entrada da multinacional francesa no retalho em Angola. Para a Sonangol, a medida enquadra-se na "reestruturação da empresa" e junta-se às demais que garantem "maior competitividade e eficiência". Pág. 18



Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 179,3Kz (-4,7) ▼ LIBRA 208,3 Kz (+0,9) ▲ YUAN 24,3 Kz (-0,2) ▼ RAND 11,6 Kz (-0,7) ▼



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



Editorial

AS DÚVIDAS DO ORÇAMENTO

A

proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano foi encaminhada para análise nas comissões de especialidade, após aprovação do documento pela maioria do MLPA, na última quinta-feira. A Oposição, fiel a si própria, votou contra. Neste caso, a UNITA e a CASA-CE. Com as críticas de costume, a paradoxal FNLA votou a favor e o confuso PRS absteve-se.

O fio de argumentação da Oposição relevante é conhecido e perceptível, em toda a linha. O compromisso com a transparência que o MPLA vai evocando cada vez com menos timidez exige alterações efectivas nos esquemas de elaboração do Orçamento Geral do Estado. Entre as mudanças urgentes, a UNITA apontou a necessidade de clareza na cabimentação das verbas. Nada mais assertivo. Existirem hoje entidades a server recursos do Estado sem o mínimo conhecimento público é no, no limite, injustificável. Os casos das instituições de utilidade pública, nesta condição, vão além do inaceitável. Se a utilidade de algumas dessas instituições é inexplicável, muito menos é o facto de receberem dinheiros públicos, no todo, inescrutável.

O tema da sustentabilidade da dívida pública não é menos

fracturante. E, mais uma vez, a Oposição apresentou dúvidas que inquietam. A referência que, com alguma simplicidade, os defensores da sustentabilidade da dívida fazem aos rácios internacionalmente recomendados, por regra, não leva em conta as lacunas estruturais da nossa economia. Um país amarrado ao petróleo e sem perspectivas claras de se desembaraçar da monodependência não pode defender-se com uma comparação às crónicas dívidas públicas na Europa, muito acima dos 100% do Produto Interno Bruto. É qualquer coisa a roçar a irresponsabilidade pelo simples facto de que 'não se comparam laranjas com bananas'. Mas sobre a dívida há outro dado desconcertante: o facto de, como mostram os números do OGE, estar a servir, sobretudo, para financiar a má despesa.

O discurso da Oposição perde-se apenas na crítica à dotação orçamental dos órgãos de defesa e segurança. Adalberto da Costa Júnior, o líder da bancada parla-

mentar da UNITA, ao reprovar os mais de 545 mil milhões de kwanzas atribuídos à Defesa, exigiu que o Governo se explica se o país estaria a entrar numa guerra. Ora, pela mesma lógica do deputado, a resposta seria necessariamente não. E não é nada senão a própria natureza dos gastos a responder o deputado. Não há orçamento de guerra que concentre 98,82% dos gastos da defesa em despesas correntes. Muito menos 63% do total dessa parcela em gastos com o pessoal. Não há orçamento de guerra que canalize 98% das despesas totais da Segurança em gastos correntes, com o pessoal a reclamar 78% deste bolo.

As questões que se colocam são necessariamente outras. Uma das mais imediatas será até que ponto as despesas correntes com o pessoal da defesa e segurança estão catalogadas ao limite. O país vem, por exemplo, de um histórico recente de desordem total no processo de pagamentos dos salários de militares, polícias, professores e pessoal de saúde. Na educação, o processo de cadastramento dos funcionários parece mãos rápido e ainda hoje reportam-se professores fantasmas. Quantos não os haverá nas forças armadas e na polícia? Mas estas é apenas uma das várias perguntas cujas respostas poderão explicar o que se passa com os gastos correntes da defesa e segurança.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Martins Chambassuco, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente de Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel

e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

email: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Syanga Abílio

Sec. de Estado do Ambiente

Que critérios determinaram a indicação da ENDE para coordenar as cobranças da taxa do lixo? Foram ensaiadas várias alternativas. Não foi um trabalho fácil. Pensou-se na indexação a factura do sistema de TV por assinatura, mas fomos aconselhados pelo Ministério das Telecomunicações que isto prejudicaria um mercado que apenas está a nascer. Pensamos integrar aos UTT, mas não conseguimos consensos. A medida mais viável, por enquanto, foi a de anexar a factura da energia eléctrica.

Quando começa efectivamente a cobrança?

A taxa da limpeza passa a ser emitida pela ENDE entre Janeiro e Fevereiro, como parte da factura de energia e será abrangente a todos os municípios de Luanda. Mas, até que o sistema informático da ENDE entre em funcionamento, o Governo de Luanda, em regime provisório, pode efectuar já a cobrança.

Como vão ser cobradas as casas que não têm energia da rede pública?

Nestes casos, as administrações municipais poderão encontrar mecanismos próprios de cobranças, junto dos seus serviços ou em colaboração com as comissões de moradores. Mas todos vão pagar.

TERÇA-FEIRA
A Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) lançou oficialmente, em Luanda, a central de valores mobiliários do país, unidade orgânica da instituição responsável pela custódia, compensação e liquidação dos títulos transaccionados nos mercados regulamentados.

QUARTA-FEIRA
A direcção do Comércio, Hotelaria e Turismo em Benguela, promoveu um seminário metodológico regional sobre actividade comercial e prestação de serviços mercantis, visando capacitar técnicos que actuam em diversas áreas do sector no Huambo, Bié, Kwanza-Sul, Benguela e Namibe.

QUINTA-FEIRA
Encerrou em Dubai, Emirados Árabes Unidos, a plenária do Processo Kimberley (PK) da qual Angola foi participante. A reunião de Dubai, que durou cinco dias, aceitou por unanimidade a reintegração da Venezuela para a família PK.



SEGUNDA-FEIRA

O Ministério do Urbanismo e Habitação realizou, em Luanda, o Seminário Nacional sobre “Preços a Fixar na Concessão dos Direitos Fundiários”. O evento visou recolher contribuições, no âmbito da elaboração do projecto de decreto Executivo Conjunto dos Ministros do Urbanismo e Habitação e das Finanças, que aprova a tabela de fixação do preço do metro quadrado na concessão dos direitos fundiários.

SEXTA-FEIRA
A KPMG apresentou a sétima edição do estudo ‘Análise do sector Bancário Angolano’. O estudo, referente a 2015, faz uma análise comparativa em relação à actividade dos bancos em Angola e apresenta os principais desafios a que deverão estar sujeitas as instituições financeiras.



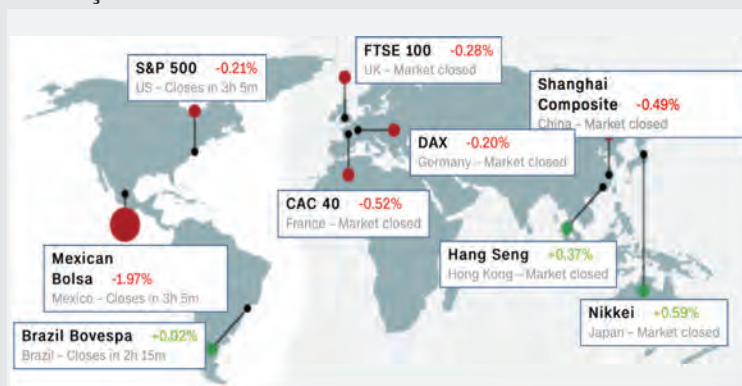
SÁBADO
O porta-voz da Polícia Nacional, no Cunene, intendente Piedade Pombal, anunciou que as acções de combate às infracções aduaneiras para impedir a fuga ao fisco de mercadorias, foram intensificadas, na semana anterior, pelo efectivo da Polícia Fiscal.



DOMINGO
O director da Educação em Camanongue, Henriques Salomão Pasta, destacou, no Luena, no Moxico, a importância da disciplina de empreendedorismo no estímulo da criatividade dos estudantes aos negócios.



COTAÇÕES



EFEITO TRUMP VALORIZA DÓLAR

Os mercados fecharam a semana mistos, afectados, por um lado, pelos ganhos do dólar (máximos de 14 anos) e pela expectativa de estímulos à economia americana. Por outro, pela resposta da FED, que prevê a subida das taxas de juro até ao final do ano. Na Europa, os principais índices foram penalizados pelas perdas no sector mineiro e pelos receios quanto à estabilidade da banca italiana, depois de emergirem notícias sobre créditos que ascendem a 380 mil milhões de dólares.

PSI 20	4.420,30	+4,11	+0,09%
DAX Futuros	10.668,3	-12,7	-0,12%
CAC 40	4.504,35	-23,42	-0,52%
IBEX 35	8.622,90	-95,10	-1,09%
S&P 500 Futuros	2.180,25	-4,00	-0,18%
Dow 30 Futuros	18.843,5	-25,5	-0,14%
Índice Dólar	101,40	+0,40	+0,40%
Índice Euro	86,53	-0,12	-0,14%

Petróleo Brent	46,56	+0,07	+0,15%
Petróleo	45,46	+0,04	+0,09%
Gás Natural	2,838	+0,135	+4,99%
Ouro	1.206,15	-10,75	-0,88%
Prata	16.523	-0,249	-1,48%
Cobre	2,468	-0,023	-0,92%
Café Londres	2.220,00	+137,00	+6,58%
Alumínio	1.691,25	-0,75	-0,04%

PSI20 CONTRARIA EUROPA

Com a ajuda do Millenium BCP, que valorizou 2,6% e da Altri (com ganhos de 4,36%, cuja pasta de eucalipto para papel, é indexada ao dólar), o índice português fechou, em contracorrente com a Europa, no verde, a valorizar 0,09%. O regresso do optimismo quanto a um corte de produção da OPEP, revelado pelo ministro da energia russo depois de um encontro com membros do cartel, originou a primeira subida do petróleo em cinco semanas de perdas.

Entrevista

NORBERTO GARCIA, DIRECTOR DA UNIDADE TÉCNICA PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

“A nota atribuída a Angola no Doing Business está errada”

Director da Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP) contraria avaliação do relatório Doing Business sobre a economia nacional, que coloca Angola entre os piores países para se fazer negócio e acusa instituição de desconhecer os reais indicadores económicos do país. Reforça que o surgimento de uma nova legislação veio dar outro fulgor ao sector que acumula actualmente investimentos na ordem dos 9 mil milhões de dólares.



Mário Mujetes © VE

Por António Nogueira

Q

ual o balanço que faz do trabalho efectuado pela UTIP, volvidos cerca de 12 meses desde a sua criação?

Tão logo chegámos à UTIP, começámos a desenvolver uma série de tarefas no sentido de constituir uma UTIP capaz de ir ao encontro do interesse dos investidores, quer nacionais, quer estrangeiros. Desenvolvemos um trabalho intenso, no sentido de preparar, com qualidade, tudo

quanto tivesse a ver com captação de investimento, quer nacional, quer estrangeiro. Pensamos que as pessoas começaram a sentir que têm uma instituição nova, que tem como base de actuação uma Lei de Investimento Privado nova que está a ir ao encontro dos interesses destas mesmas pessoas e encontrar também o melhor formato de atendimento, a melhor celeridade, a não burocratização e a simplificação dos procedimentos. Hoje, em 45 dias, se tudo depender só de nós, temos condições de ter uma proposta aprovada e um contrato também celebrado. Se antigamente, se dizia que um «projecto de investimento pri-

vado» demorava muito por culpa de uma instituição do Estado, hoje entendemos que é exactamente o contrário. Os processos demoram porque, às vezes, o investidor é que tem um elemento no processo em atraso. Ou precisa de concluir o estudo de viabilidade ou o próprio projecto ou tem um problema de financiamento.

Apesar das reformas que mencionara, Angola é ainda considerado, pelo Doing Business do Banco Mundial, como dos piores países para se fazer negócio...

Acho que as agências de notação não estão a fazer bem a notação. Porque hoje, se, por um lado,

nos dizem que o nosso processo de criação de empresas é cada vez pior, há quem diga também que estamos a melhorar. Prova disso é que recebemos um prémio agora, em Paris, em sede do qual se reconhece que trabalhamos com muita qualidade. Portanto, depende de quem faz a observação. Se calhar é problema escolástico ou falta de alguma informação. Se calhar até é nossa culpa de não termos dado a informação necessária a quem merece para que pudesse saber em que posição é que estamos. Hoje é rápido ir ao Guiché Único da Empresa (GUE) e tratar da criação de uma empresa. É fácil articular com outras instituições a solução

de problemas, embora haja ainda alguma dificuldade na concessão de vistos, isso é indiscutível e precisamos melhorar, mas não há comparação do ontem com o hoje. Estamos muito avançados. Mas nós não queremos discutir isso. Queremos trabalhar para melhorar e as pessoas vão sentir que a nota atribuída à Angola, no Doing Business, é errada. Portanto, nós não reprovamos, passamos.

Em recentes declarações ao VALOR, a embaixadora do Estados Unidos, em Angola, considerou que o país deveria dar espaço às empresas para agirem de forma independente no mercado. O que

“Se antigamente, se dizia que «projecto de investimento privado» demorava muito por culpa de uma instituição do Estado, hoje entendemos que é exactamente o contrário.”

acha desse posicionamento?

Compreendo a senhora embaixadora. É muito normal que ela coloque esta questão. Mas também temos de dizer às pessoas que a realidade angolana é diferente. Se estamos numa fase de cada vez mais crescimento económico, faz sentido que nalguns sectores considerados chave, os angolanos sejam também chamados. Estamos a fazer isto não só para agradar o investidor externo, mas também os cidadãos nacionais. Os angolanos não podem ficar para trás. Os angolanos merecem prioridade, devem ser atendidos e podem fazer parte de todo esse processo. Entendemos que a melhor forma de resolver os nossos assuntos é não nos esquecermos dos cidadãos angolanos. E a soberania angolana vale também por isso, porque senão estamos a entregar sectores-chave só ao investidor externo e os angolanos não têm uma palavra a dizer. E isso não pode ser.

A embaixadora falava também na possibilidade de as empresas norte-americanas apostarem noutros mercados onde haja mais abertura, em detrimento de Angola...

Angola tem muita abertura e não há problema nenhum quanto a isso. Temos muitas empresas estrangeiras em Angola. O que existe são ainda alguns problemas burocráticos que precisamos ultrapassar, mas isto não impede que não possamos cada vez mais melhorar todo esse processo que visa trazer condições para o investimento. Como disse, se ontem o processo foi burocrático, hoje o processo é cada vez menos burocrático e mais aberto, sobre aquilo que nos diz respeito, temos a obrigação de encaminhar de forma desburocratizada, simplificada e célere.

Este é o compromisso a que nos vinculamos e vamos continuar a fazer isso. A questão colocada pela embaixadora, como disse, é compreensível, cada país tem a sua política de investimento. Que mal tem um angolano fazer parte da parceria? Mesmo que ele não tenha dinheiro para investir, pode haver aqui uma relação contratual creditícia. Imagine que o investidor externo consiga um crédito angolano e, ao invés de, na repartição de lucros e dividendos, ela se efectivar em 10 anos, pode se efecti-

10

Milhões de dólares, montante de investimento privado cuja avaliação é da responsabilidade da Unidade Técnica de Investimento Privado.

Os processos demoram porque, às vezes, o investidor é que tem um elemento no processo em atraso. Ou precisa de concluir o estudo de viabilidade ou o próprio projecto ou tem um problema com o financiamento.

Acho que as agências de notação não estão a fazer bem a notação. Porque hoje, se por um lado dizem-nos que o nosso processo de criação de empresas é cada vez pior, há quem diga também que estamos a melhorar.

Queremos trabalhar para melhorar e as pessoas vão sentir que a nota atribuída à Angola, no Doing Business, é errada. Portanto, nós não reprovamos, passamos.



Mário Mujigas © VE

PERFIL

Norberto Garcia é formado em Direito, tendo exercido, durante largos anos, a actividade de advocacia. Possui também formação em gestão de conflitos, no domínio da conciliação, mediação e arbitragem. É oficial superior das FAA na reserva, ostentando a patente de coronel. A sua carreira nos tribunais militares decorreu entre 1985 e 1994. Neste período, exerceu também a magistratura judicial durante três anos. É gestor de empresas no sector privado, área onde chegou também a exercer advocacia empresarial.

A nível partidário, já foi secretário para os assuntos políticos, eleitorais, económicos e sociais do MPLA, em Luanda, tendo desenvolvido, igualmente na capital do país, as funções de secretário para a informação e propaganda do partido maioritário. Actualmente, ocupa o cargo de director da Unidade Técnica de Investimento Privado (UTIP), órgão adstrito à Presidência da República.

var em 15 ou 20 anos. Portanto, dilata-se o prazo de reembolso do capital e esta é uma forma de o angolano também participar. Temos também de ir ao encontro dos angolanos, porque estão em primeiro lugar.

Os angolanos têm correspondido às expectativas, no quadro dessa parceria exigida por lei?

Até agora não temos razões de queixa. Temos estado a trabalhar claramente nesse sentido e as parcerias legalmente obrigatórias são aquelas que, na verdade, têm resultado positivamente.

Qual é o volume de investimento privado até aqui já processado pela UTIP?

Entre cerca de 35 contratos, notamos que por mês, em média, assinamos dois a três contratos que estão na ordem de quase 9 mil milhões de dólares. Portanto, são contratos que levam, em média, entre 34 e 36 meses para serem concretizados. Pensamos ser tempo razoável, até porque são projectos que estão acima dos 10 milhões de dólares. São projectos grandes. E, às vezes, não se sente o impacto, mas temos vários projectos que estão a ser implementados.

Ainda só temos 12 meses, somos uma criança, mas estamos a começar a andar. Temos a responsabilidade de acompanhar a evolução dos projectos, fiscalizar e ver em que medida os postos de trabalhos prometidos estão a ser cumpridos. Avaliamos também o impacto económico e social dos projectos que tem de estar voltado à criação de uma maior produção interna, no sentido de satisfazer o mercado e evitarmos a importação. Queremos criar um quadro de bem-estar social e económico para as pessoas idosas, crianças e mulheres para que a vida económica e social progrida; combater as assimetrias regionais, porque há projectos que ocorrem nos municípios e entendemos que as populações devem sentir o impacto que os projectos vão causar.

Como avalia a interacção entre a UTIP e os departamentos ministeriais de investimento privado?

A família do investimento privado hoje está repartida em qua-

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

tro. A agência de promoção, que é a APIEX que se propõe a promover a captação de investimentos e exportações; as unidades de apoio ao investimento privado nos governos provinciais, que se propõem a apoiarem os investidores ali no município; temos as unidades de apoio nos sectores, como na agricultura, indústria, enfim, tudo que são projectos abaixo dos 10 milhões de dólares e, depois, temos a UTIP, da casa civil do Presidente da República.

Esta família do investimento privado está comprometida com uma coisa que se chama qualidade no tratamento, atendimento, simplificação e desburocratização dos processos para a concretização dos projectos de investimento privado. Hoje o que mais queremos é captar investimento externo para que possamos importar divisas para o país, melhorarmos quer o nosso sector cambial, quer balança de pagamentos e, dessa forma, conseguirmos, de facto, criar equilíbrios que possam ir ao encontro daquelas que são as principais necessidades e o foco da nova política do investimento privado.

Quais têm sido as áreas mais apetecíveis para os investidores?

O sector produtivo é aquele que mais é chamado a nível do investimento privado. Falo nomeadamente do sector da agricultura, indústria, transportes, turismo e logísticos. O sector da energia é outro que tem merecido destaque. Temos, a este nível, vários projectos e muitas propostas para o sector das refinarias.

Claro que este é um assunto em que a Sonangol tem responsabilidades e temos abordado a Sonangol para que possa também pronunciar-se. Portanto, os projectos são inúmeros, a vontade é grande. Entendemos que dessa forma vamos poder ir ao encontro do interesse do investidor, apoiá-lo, fazer com que se sinta confortado e fazer com possa atender o interesse do Estado, que é promover a produção interna, satisfazer o interesse da população, criar impacto económico e social na vida das pessoas. Daí o nosso papel de articulação de modo a que as coisas possam progredir sem dificuldades de maior. A nossa ideia é fazer acontecer o



Mário Nujates © VE

Hoje é rápido ir ao GUE e tratar da criação de uma empresa. É fácil articular com outras instituições a solução de alguns problemas, embora haja ainda alguma dificuldade na concessão de vistos.

Angola tem muita abertura e não há problema nenhum quanto a isso. Temos muitas empresas estrangeiras em Angola.

projecto e que os resultados sejam satisfatórios.

Quantos postos de trabalho já terão sido criados, com base nos contratos de investimento privado já aprovados?

Estimamos que mais de cinco mil postos de trabalho directo vão ser criados com os projectos em curso. E mais de dois mil postos de trabalho de forma indirecta. Cada processo tem uma fase de implementação e durante esse período ele (projecto privado) pode garantir essa dinâmica, em termos de geração de emprego. Dessa forma correspondemos aos interesses do Estado e do investidor. Estamos aqui para levar o investidor ao colo. O investidor tem de se sentir acarinhado e tem de sentir que o investimento que ele vai trazer terá benefícios e incentivos fiscais que servirão de estímulo para que ele possa continuar no mercado nacional.

Qual é a origem do investidor que vem a Angola?

São mais europeus e asiáticos. E o papel dos angolanos é sempre de parceria. E não é somente como simples funcionário que o angolano vai garantir o seu posto de trabalho, mas também como técnico que pode fazer parte da equipa que trata do conhecimento.

Os angolanos vão tendo um papel cada vez mais importante, o que é essencial. Achamos que, dessa forma, vamos poder ir ao encontro do interesse dos cidadãos. Porque os cidadãos querem ter espaço de intervenção nos projectos e isso vai-se fazendo. Cada vez mais vamos diminuindo mão-de-obra estrangeira nos contratos de investimento privado, a favor de mão-de-obra nacional que vai ocupando o seu espaço e vai tendo a possibilidade de realizar os seus sonhos profissionais.

Que desafios a UTIP tem pela frente?

O desafio é grande, é de continuarmos a trabalhar para que as coisas aconteçam e bem. O nosso comprometimento é fazer com que as pes-

soas ganhem com o investimento, porque essa é a nossa razão de ser. O investimento serve para melhorar a vida das pessoas e para lhes dar qualidade de vida. Serve para evitar que só o Estado invista, mas que o particular possa também fazer a sua parte, quer seja cidadão nacional, quer seja estrangeiro. O investimento serve para ajudar a economia a crescer. E tudo isso vai fazer com que, a médio e longo prazos possamos obter bons resultados, que o produto nacional passe a ter valor acrescentado, passa a ser consumido internamente e possa ser exportado. E esta combinação de factores vai melhorar os vários sectores do país.

Queremos com isso fazer com que, Angola se torne uma potência económica, não só regional, como também a nível do mundo. Só a produção em agricultura poderia servir para sustentar o continente inteiro. Temos muitos rios, o nosso mar é rico, temos recursos minerais e uma série de outros recursos que podem ajudar a alcançar este desiderato.

BAI DIRECTO

ASSIM É FÁCIL

O SEU BANCO NO TELEMÓVEL
OU NO COMPUTADOR



PAGAR

ÁGUA, LUZ, IMPOSTOS
VIAGEM, CASA NA CENTRALIDADE

CARREGAR

TELEMÓVEL, TELEVISÃO

TRANSFERIR

TRANSFERIR DENTRO DO SEU BANCO
OU PARA OUTROS BANCOS

Com o novo BAI Directo, o BAI está sempre de portas abertas para si. Entre a qualquer hora e faça as suas operações diárias com o banco, sem esperas, nem complicações.

No seu computador ou telemóvel, num clique está junto do BAI.



Economia/Política



PROPOSTA DO OGE 2017 APROVADA NA GENERALIDADE

Voto do MPLA passa o Orçamento Geral do Estado

OGE. Partidos da oposição exigem ‘clareza’ sobre OGE de 2017. UNITA, por exemplo, afirma que proposta ‘ofende’ Constituição por não alocar verbas para autarquias. MPLA minimiza reclamações e garante que pacote está a ser preparado nos marcos da lei para que se paute pela lisura e transparência.

Por António Miguel

A bancada parlamentar da UNITA entende que a proposta do OGE/2017 “viola princípios da unidade, universalidade e da publicidade, por falta de informação quanto à identificação de todas as pessoas que beneficiam de receitas públicas”.

O líder da bancada da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, apontou instituições como a AJAPRAZ

e o KABUSCORP que beneficiam de financiamento público, “mas não existem do ponto de vista orçamental”. Também não se encontra justificação, segundo o político, para que os documentos da proposta de Orçamento de Estado não contenham informação suficiente para se avaliar a orientação do investimento empresarial e societário do Estado e conhecerem-se os principais projectos que o Executivo se propõe realizar.

Para o deputado, a proposta do OGE para o exercício fiscal do próximo ano, aprovada na generalidade na semana passada, não apresenta, “de mundo evidente”, qualquer estratégia de política económica para a promoção do crescimento real do Produto

MEMORIZE

● **A PROPOSTA DO OGE/2017** foi aprovada na Assembleia Nacional, na generalidade, apenas por votos do MPLA (partido no poder) e FNLA. A UNITA, maior partido da oposição, e a CASA CE votaram contra, enquanto o PRS absteve-se. Mais de 40% das receitas do Orçamento Geral do Estado do próximo ano (OGE/2017) deverá ser arrecadado sob forma de endividamento.

Interno Bruto (PIB), no sector não petrolífero com relação às opções orçamentais, “baseando-se em objectivos sem fundamentos, cujas metas se tornaram inatingíveis”.

Adalberto da Costa Júnior apontou programas governamentais como o Presild, o Papagro, o Angola Jovem, que “carecem de uma demonstração da sua eficácia em cada exercício económico”.

A preocupação da CASA-CE sobre a proposta do OGE para o próximo ano também incidiu sobre o facto de não estarem claras as verbas para as eleições de 2017. Na voz do presidente do grupo parlamentar da coligação, a CASA-CE mostrou-se “preocupada”, por não existir uma fixação de um limite máximo de endividamento do Estado, uma norma que considera “violadora dos princípios constitucionais”.

O PRS, pela da deputada Leonor Gaspar, disse que o problema não se prende apenas com a forma de arrecadação de receitas, mas na “transparência, fiscalização” e na aplicação dos recursos. Para a deputada do PRS, “é paradoxal” que se continue a cabimentar maiores verbas para a defesa e

segurança em detrimento da agricultura e da pesca, por exemplo, “quando se fala constantemente da necessidade de diversificar a economia”.

Já o presidente da FNLA, Lucas Ngonda, apesar de ter aprovado a proposta, lamentou que os Orçamentos anteriores “não conseguiram resolver problemas básicos que assolam a população, como são os casos da energia e da água”.

O MPLA minimiza as preocupações dos partidos da oposição, embora reconheça que “ainda há muito que fazer e que nem tudo o que foi projectado foi feito como o previsto”. Segundo o presidente da bancada parlamentar do maior partido angolano, Virgílio de Fontes Pereira, as políticas económicas não fazem qualquer sentido se não contribuírem para o aumento do bem-estar e qualidade de vida do povo. Por esta razão, “o desenvolvimento integral e a melhoria das condições de vida estão no centro das atenções do partido”.

Virgílio de Fontes Pereira argumentou que a proposta do OGE/2017 contém as medidas concretas de curto prazo para dar continuidade à “aspi-



A ECONOMIA ANGOLANA gerou, no período entre 2009 e 2015, cerca 1,5 milhões de postos de trabalho, indica o relatório de suporte ao debate mensal da Assembleia Nacional que levou à discussão “Indicadores do Crescimento Económico e a Distribuição da Renda Nacional em Angola”



QUATRO PROJECTOS de investimento privado, avaliados em 27.026.613 dólares, para a produção de bens alimentares foram aprovados, semana passada, em Luanda, pela Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado (UTAIP) do Ministério da Indústria.

ração da estratégia para a saída da crise”. Neste exercício, deve ter-se sempre presente, justifica o político, que “a adopção ou entendimento em matérias sensíveis nas alterações que se proponham não deve condicionar o andamento do processo de preparação das eleições, com base nas leis vigentes, nem deve criar situações de inconstitucionalidades e provocar aumento das despesas do Estado previstas no OGE”.

Em relação ao processo eleitoral, o deputado do MPLA referiu que está a ser preparado nos marcos da lei para que se pautem pela lisura e transparência. Neste sentido, destacou que estão a ser dados passos para o cumprimento do plano de tarefas essenciais para a preparação das eleições gerais e autárquicas, aprovado por unanimidade pelos partidos políticos e coligações com assento parlamentar. Apelou, por este facto, aos deputados para, “com seriedade e dever patriótico”, continuarem a desempenhar a função de legisladores nas tarefas relativas às eleições gerais de 2017.

A proposta do OGE/2017 foi aprovada na Assembleia Nacional, na generalidade, apenas por votos do MPLA (partido no poder) e FNLA. A UNITA, maior partido da oposição, e a CASA-CE votaram contra, enquanto o PRS se absteve. Mais de 40% das receitas totais do Orçamento, fixadas em 7,3 triliões de kwanzas, resultam de dívida.

A proposta prevê um crescimento do PIB de 2,1%, sendo 1,8% do sector petrolífero e 2,3% do sector não petrolífero. A previsão do défice fiscal é de 1,139 biliões de kwanzas, o que equivale a 5,8% do PIB, que será coberto com base no financiamento interno e externo, e uma inflação anual esperada não superior a 15,8%. Deste modo, Angola regista, em quatro anos consecutivos, défices nas contas públicas, depois dos estimados 6,8% do PIB em 2016, 3,3% em 2015 e 6,6% em 2014. Em termos de distribuição funcional e territorial, a despesa do OGE 2017 destaca as províncias de Luanda, Kwanza-Norte, Cabinda, Huambo, Bié e Benguela.

José Severino, presidente da AIA



Mário Mujicaes © VE

DEFENDE PRESIDENTE DA AIA

Capitalização de empresas pode estabilizar preços

INFLAÇÃO. Variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) do mês de Outubro ultrapassou meta da inflação traçada pelo Governo de 38%, tendo variação homóloga se fixado em 40,1%.

Por Mário Costa

e cultura também se destacaram na variação dos preços.

Severino diz, entretanto, que os níveis de inflação actuais não surpreendem, socorrendo-se da sua previsão, em 2014, que apontava mínimos de 14% para 2015, contrariando a então ‘utopia’ de sete a 8%, apresentada pelo Executivo. Para o também presidente dos industriais angolanos, a tendência crescente dos preços “traça uma curva preocupante”, mas pode ser contida por via de um “pacto social”, orientado para a contenção da especulação, “visível em vários centros de distribuição que, já priorizados, importavam a 100 dólares e vendiam ao câmbio de 160”.

As restrições que se registam na produção interna, por um lado e, pelo ‘jejum em cambiais’ e por outro, pela acumulação em milhares de kwanzas, também pressionam a taxa de inflação sobre o mercado cambial informal, observa o presidente da AIA.

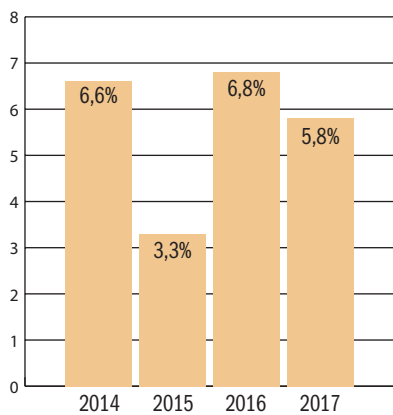
Sobre a estabilização da economia, Severino vê na desvalorização

da moeda uma “questão ‘sine qua non’” para a saída da crise produtiva “num país que tem todas as condições para ser autossuficiente”, elevando-se como exportador de bens de consumo e de materiais de construção.

Na mesma linha discorre o economista Carlos Baptista que aponta a desvalorização do kwanza como o “antídoto que pode estabilizar a economia”, apesar de admitir que “pode ser dolorosa”. A ideia, como defende, “é retirar a apetência epidémica por importações ‘baratas’, de produtos como o peixe e a carne, que estão isentos de taxas aduaneiras e são comprados em volumes e inaceitáveis, em detrimento do grande potencial produtivo nacional e da vontade empresarial da maioria”.

Baptista nota que é importante “esquecer” que o mercado cambial informal é meramente residual, já que “tem sido o suporte das famílias e empresas para pagamentos a expatriados e para a importação de bens diversos”.

COMPORTAMENTO PERCENTUAL DO DÉFICE ENTRE 2014 A 2017 EM RELAÇÃO AO PIB



2,1%

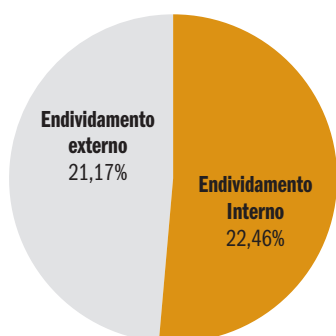
é a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

1,8%

o sector petrolífero poderá crescer na ordem deste valor percentual

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DO OGE/2017

Total percentagem da dívida 43,63% (3,142 biliões de kwanzas)



1,139

bilhões de kwanzas é previsão do défice fiscal

Economia/Política

PROJECTOS PARALISADOS

Energia e águas sem recursos nas províncias

CRISE. Situação é mais crítica nas províncias em que fornecimento de energia é feito através de centrais térmicas, devido a custos com combustíveis. É o caso do Kuando-Kubango, Huambo, Moxico, Namibe e Benguela.

Por Martins Chambassuco

Várias direcções provinciais de Energia e Águas estão sem recursos para expandir os projectos de melhoria no abastecimento de água às sedes municipais e para manter o fornecimento equilibrado de energia eléctrica.

Num encontro de balanço de responsáveis do Ministério da Energia e Águas (Minea), o ministro João Baptista Borges foi confrontado com informações que apontam para uma situação difícil nos municípios das provín-

cias do Cuando Cubango, Huambo, Moxico, Namibe e Benguela, onde as comunidades são, muitas vezes, obrigadas a contribuir com valores monetários para ter acesso à electricidade.

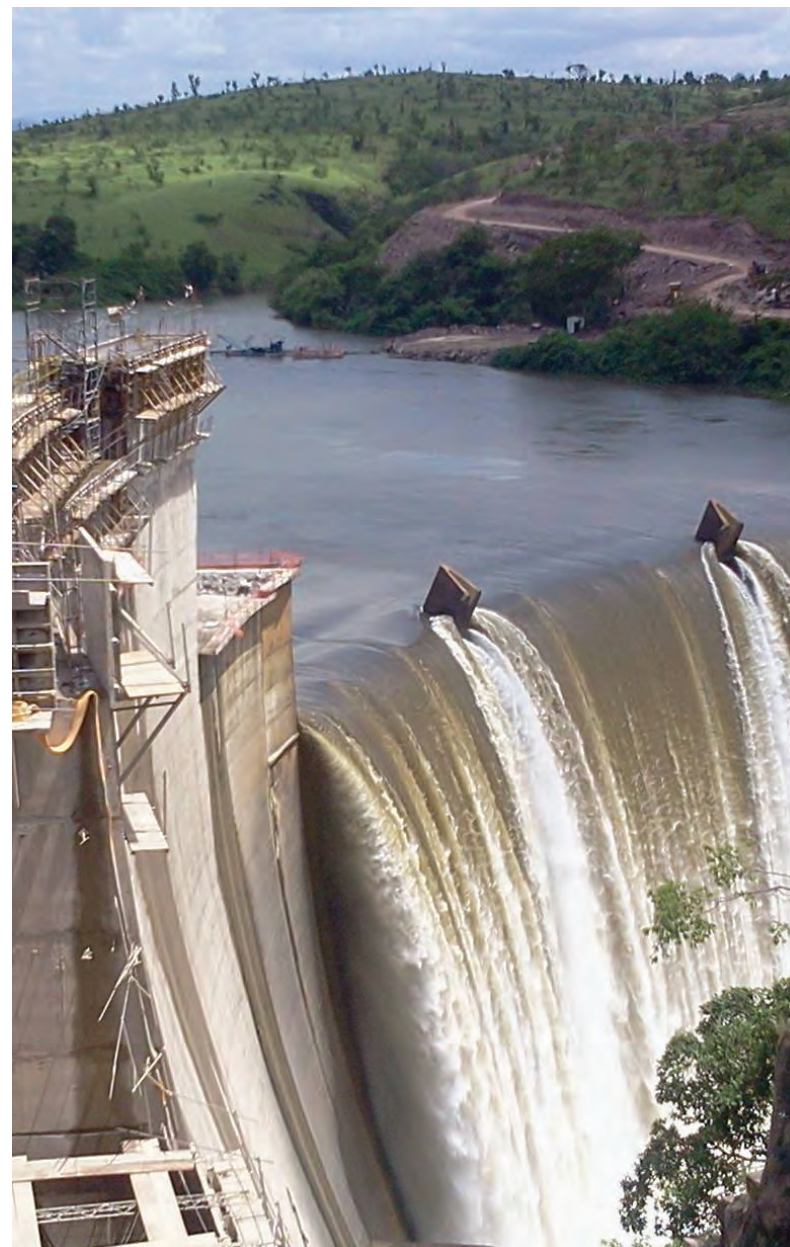
Uma fonte do Minea indica que a situação se estende a mais regiões e explica que, no Cuando Cubango, o fornecimento de energia eléctrica é de apenas seis horas por dia, um quadro que se espera venha a agravar-se nos próximos tempos, caso se mantenham as restrições financeiras.

Ao que o VALOR apurou, vários gestores à frente das empresas provinciais de energia e águas manifestaram a João Baptista Borges descontentamento, face à ausência de soluções imediatas, considerando que se trata de uma dificuldade que se arrasta há dois anos, com inúmeros projectos do sector paralisados.

A fonte cita como exemplo a suspensão das obras da barragem de Camacupa, no Bié, cujas obras foram adjudicadas à Dar-Angola,

uma empresa de consultoria do sector da energia e águas, mas que teve de retirar os seus meios por indisponibilidade financeira do Minea. “A realidade é insustentável e transformou a Direcção Nacional de Águas num mero espectador por não apresentar soluções, além da falta de condições técnicas para dar continuidade aos trabalhos de assistência técnica aos diferentes projectos paralisados”, caracteriza a fonte, acrescentando que, durante o processo de reestruturação das empresas do sector, “não houve cabimentação de verbas, daí o fraco desempenho das direcções provinciais”.

Com vista à redução das carências energéticas, o Minea promete, no entanto, abastecer as centras térmicas e evitar que a população contribua com valores monetários, mas a incógnita continua a ser onde a equipa de João Baptista Borges vai conseguir os recursos. “De qualquer forma, o objectivo do Minea é trabalhar para que cada província elabore um orça-



mento para as suas necessidades, de modo a oferecer um serviço que responda às necessidades da população.”

Outra questão que se levanta é a falta de quadros e técnicos para a gestão dos centros de distribuição de água.

A Direcção Nacional de Águas garante que, para 2017, vai apostar na formação e capacitação contínua de técnicos para assegurar a operacionalidade dos laboratórios, além de trabalhar na legislação de controlo da qualidade da água.

No Orçamento Geral de Estado para 2017, aprovado, na semana passada, o Minea tem uma cabimentação de 248,8 mil milhões de Kwanzas, 25% menos que as verbas a que teve direito no exercício corrente.

Recentemente, o governo chinês disponibilizou, dentro da linha de crédito com Angola, cerca de 1,2 mil milhões de dólares para o desenvolvimento de projectos de abastecimento de água e para a construção das linhas de transporte de energia eléctrica.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Estradas de Angola entre as mais caras de África

A direcção do Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP) anunciou a criação, a curto prazo, de uma base de dados de preços de referência, em que as entidades públicas contratantes possam efectuar as suas despesas junto das sucursais, com a finalidade da racionalização do erário.

Segundo informou a directora-geral do SNCP do Ministério das

Finanças, Rosa Filipe, o projecto da elaboração da base de preço de referência poderá estar concluído no final do próximo ano e deverá servir para que as entidades públicas contratantes saibam antecipadamente qual é o tecto máximo, em termos financeiros, para uma determinada empreitada.

A medida, segundo a dirigente, vai ser aplicada de forma faseada,

começando pelos serviços das estradas, em que o Estado gasta “avultadas somas” em dinheiro.

O chefe de departamento de arrecadação de receitas da Administração Geral Tributária (AGT), Sebastião Joaquim, afirmou recentemente, ao VALOR, que “as estradas custam caro ao Estado”, realçando que um quilómetro de construção de estrada tem um custo de 600 mil

dólares, enquanto a secundária ronda entre 300 e 400 mil dólares. A terciária pode custar cerca de 250 mil dólares por quilómetro.

Estudos comparados, efectuados em alguns países de África com destaque para Moçambique, África do Sul e Botswana, concluíram que Angola tem os preços mais elevados da região austral, em matéria de construção de estradas.



O COMÉRCIO ENTRE A CHINA e os oito países de língua portuguesa, no mês de Setembro, ascendeu a 8,897 mil milhões de dólares (mais 1,91%), com a China a vender bens no valor de 2,729 mil milhões de dólares (menos 1,94%).



ANGOLA ESTÁ A PARTILHAR experiência mineira com o Zimbábue, sobretudo no Plano Nacional Geológico. A informação foi avançada pelo ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, em Luanda.

OPERADORES ECONÓMICOS CONSIDERAM NEGÓCIO RENTÁVEL

Farmácias facturam 42 milhões de dólares

FARMÁCIAS. Negócio farmacêutico é rentável e pode facturar cerca de 42 milhões de dólares por ano. Por isso, número de solicitação de licenças cresce. Entretanto, quem está no mercado apresenta queixas. Desaparecimento de contentores em portos e aeroportos é apenas uma.



O investimento numa farmácia de alto nível pode custar um milhão de dólares.

Por José Zangui

Preços mais caros da SADC

Os preços de medicamentos praticados por Angola são mais altos que noutros países da região da SADC, segundo dados oficiais, que revelam estar a decorrer um levantamento sobre a proveniência dos medicamentos e que, após a sua conclusão, os resultados serão divulgados. Apesar de os preços estarem tabelados por um decreto, nas farmácias, diferem, nalguns casos, porque o cálculo é feito com base na importação.

Um ano para esquecer, mas que abriu oportunidades para quem pretendia investir no negócio das farmácias. “Complicado para todos os operadores do sector do medicamento, mas também de oportunidades, pois muitos saíram do mercado por força das dificuldades financeiras”. É assim que os operadores do mercado consideram o ano passado.

macovigilância, farmácia hospitalar, entre outras áreas especializadas.

Moniz Silva, o director do grupo MS, que actua no sector e, que antes da crise, facturava anualmente 42 milhões de dólares, mostra números para justificar que “há ainda muito espaço” neste mercado. “Angola tem

um rácio de uma farmácia para 15 mil habitantes”. Rácio que considera baixo se, comparado com o Brasil que tem uma farmácia para cada três mil habitantes”.

O investimento numa farmácia de alto nível, ou seja, da primeira classe, pode custar um milhão de dólares. Tal

como Katiza Mangureira, Moniz Silva admite que o mercado é rentável. Mas deixa claro que “o retorno do investimento não é imediato. “Verifica-se apenas ao cabo de pelo menos cinco anos, dependendo também do mercado onde a que se recorre para compra dos produtos.”

Katiza Mangureira recusa-se a apresentar a lista dos “líderes no mercado das farmácias”, justificando não pretender fazer publicidade a qualquer dos grupos.

Entretanto, o grupo MS - Moniz Silva autodescreve-se como o maior grupo da rede farmacêutica com nove farmácias em Luanda, uma no Huambo e igual número em Benguela.

O lugar é disputado com o Grupo Farmácias que conta com seis lojas, no Shopping Gika, um investimento avaliado em 600 milhões de kwanzas. Há outros concorrentes, a Mecofarma, Farmácia Popular, associada ao grupo Teixeira Duarte, entre outras.

Desvio de medicamentos

O difícil acesso a divisas afectou as importações. Pior do que isso, segundo Dulce Lubrano, também empresária do ramo, há casos de contentores de medicamentos que desaparecem dos portos e aeroportos.

Dulce Lubrano conta a história da sua firma que perdeu uma paleta de vacina que custou 52 mil dólares, mas que desapareceu no Aeroporto Internacional de Luanda, sem que houvesse indemnização da parte da ENANA. Mas não foi a primeira vez. Afirmo que o mesmo acontece no Porto de Luanda. A gestora de uma empresa importadora de medicamentos entende que o Governo deveria facilitar a saída dos medicamentos dos portos e aeroportos, o que, na sua opinião, “não acontece”.

O Presidente do Conselho de Administração do Porto de Luanda, Bengui Alberto António, em reacção, esclarece que, a carga e descarga de mercadorias não são da responsabilidade exclusivas destas entidades nem da ENANA. Segundo explica, no espaço portuário, intervêm outros órgãos e entidades e as pessoas prejudicadas podem sempre contactar a administração comercial para se averiguarem os casos”.



Economia/Política

REFORMA EM CIMA DA MESA

AGT e municípios ‘disputam’ gestão das finanças locais

RECEITAS LOCAIS. Províncias defendem gestão das receitas dos municípios pelas administrações, para dinamizar desenvolvimento local. AGT responde que retorno das receitas está em estudo.

Por José Zangui

Os governadores provinciais defenderam, no IV Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, o “retorno atempado” das receitas dos municípios que são depositadas na Conta Única do Tesouro para o financiamento de projectos locais. Mas de exigências não é apenas isso. As províncias entendem que devem ser as administrações a gerir as receitas locais, enviar ao Ministério das Finanças a parte que cabe às autoridades centrais.

Marcelino Typinge, governador da Huíla, observa que o modelo actual praticado pela Administração Geral Tributária (AGT), que obriga o depósito das receitas municipais na Conta Única do Tesouro, deixa os administradores “impotentes”, incapazes de resolver problemas locais, o que, “consequentemente, não contribui para o desenvolvimento”.

Na mesma senda, o administrador municipal do Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, queixou-se que, no actual modelo, o retorno acontece tarde, “salvo algumas excepções, apenas no fim do ano”, ficando as administrações até sem dinheiro para a manutenção de um gerador hospitalar.

Face às reclamações, o jurista Carlos Cavuquilha defendeu a clarificação, em lei, dos critérios e prazos de afec-

MEMORIZE

- **AGT reconhece** que há constrangimentos, mas garante que estão a ser estudadas propostas para melhorar o retorno das receitas locais.

tação de verbas para os municípios, evitando-se, desde modo, “a afectação casuística”. Ao que observa, a falta de “afecção pontual” faz com que alguns administradores não depositem todas as receitas, como solução para atender situações pontuais, como a compra de combustível.

REFORMAS À VISTA

Em relação às preocupações dos governantes locais, a administra-



dora da AGT, Alice Neves, reconhece haver “constrangimentos” que têm de ser revistos. Para isso, informa que estão a ser estudadas propostas para melhorar a forma de retorno das receitas locais.

Na abertura do evento, o vice-presidente da República defendeu a necessidade de se dotar os municípios de recursos financeiros “adequados e proporcionais para que os órgãos locais satisfaçam as

necessidades da população”.

Manuel Domingos Vicente notou que a concretização do modelo de descentralização pressupõe reconhecer o papel do poder local no desenvolvimento do país.

Durante dois dias, as finanças locais e o desenvolvimento económico dominaram o IV Fórum das cidades e municípios, promovido pelo Ministério da Administração do Território (MAT).

CONTEÚDO LOCAL NO SECTOR DEVE ATINGIR 30% ATÉ 2030

Angola quer aumentar angolanização nos petróleos

O ministro angolano dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos (na foto), afirmou, recentemente, em Luanda, que “Angola continua a desenvolver acções tendentes a aumentar a participação de empresas nacionais no sector petrolífero,

bem como fomentar o processo de angolanização no sector, através da integração, formação e desenvolvimento do pessoal angolano.

O governante, que falava na 1.ª Conferência sobre o ‘Conteúdo Local da Indústria Petrolífera e do Gás em África’, que contou com a participação de 18 países produtores de petróleo, sublinhou a necessidade de os países membros da

Associação Africana de Produtores de Petróleo (APPA) consolidarem a implementação de estratégias que promovam o incremento do conteúdo local e a criação de valor acrescentado na indústria petrolífera africana. A meta da APPA de alcançar uma taxa média de 30% de conteúdo local nas diferentes actividades de petróleo e gás, até 2030, foi reforçada pelo ministro dos Petró-

leos de Angola, durante o encontro.

Os Estados membros da Associação dos Países Africanos Produtores de Petróleo (APPA) contribuem com 88% para o total da produção do crude e gás do continente.

A APPA é uma organização inter-governamental criada em 1987 em Lagos, na Nigéria, para servir como uma plataforma dos países africanos produtores de hidrocarbonetos.



Mário Nijétes © VE

FUTEBOL COM PAIXÃO É NA ZAP!



ACOMPANHE AS GRANDES LIGAS EUROPEIAS



CANAIS DE TRANSMISSÃO DAS LIGAS



Canais 20 ao 23

Canal 24

Canais 25 SD e 26 HD

Canal 29

Canal 30

O MELHOR QUE HÁ É NA ZAP QUE DÁ.



LIGUE
935 555 500

apoio.cliente@zap.co.ao

Todos os dias, incluindo feriados,
das 7:00 às 24:00

Visite-nos em www.zap.co.ao e siga-nos



Mercado & Finanças

Para o FMI, são necessárias medidas adicionais para ajustar à nova realidade dos mercados.



INSTITUIÇÃO INTERNACIONAL ANALISA BANCO PÚBLICO

FMI pede rigor na concessão de novos créditos no BPC

BANCA. Organismo propõe reorganização interna no Banco de Poupança de Crédito e maior controlo na saída de novos créditos. Objectivo é prevenir perdas no balanço e novas alterações profundas na administração do maior banco estatal. Do banco central, espera-se mais supervisão.

Por Nelson Rodrigues

O Fundo Monetário Internacional (FMI) deixou um conjunto de advertências ao Governo para o reforço do sistema bancário, incluindo um novo modelo de reorganização interna no Banco de Poupança e Crédito (BPC) e maior controlo nas políticas de concessão de crédito do banco.

Do conjunto de recomendações à gestão do maior banco público, parte das quais incluída no relatório de missão do FMI a Angola ao abrigo do IV artigo, sobressaem os casos do crédito malparado, já que,

pelo segundo ano consecutivo, a entidade bancária lidera o ranking do crédito de todo o sistema, com 927,3 mil milhões de kwanzas cedidos, mais de 50% dos quais em risco de recuperação.

De visita ao país de 3 a 16 de Novembro, a missão liderada por Ricardo Veloso e que reuniu com o Governo concluiu que, para se evitarem riscos futuros no balanço do BPC e reestruturações de fundo ao conselho de administração, é necessária a intervenção do Banco Nacional de Angola, com aumento da supervisão.

“É preciso que o BPC se reorganize internamente, para que o problema que aconteceu agora não se repita no futuro. Que este banco tenha um critério mais selectivo na concessão de novos créditos, para que os créditos que forem dados sejam créditos recuperáveis e de bom rendimento para o

banco”, resumiu o chefe da missão do FMI, em resposta a uma pergunta do VALOR, na conferência de imprensa de balanço de missão.

927,3

mil milhões kz, valor cedido pelo BPC, mais de 50% dos quais em risco de recuperação.

8.289

milhões kz, resultado líquido do BPC até 31 de Dezembro do ano passado.

Até 31 de Dezembro do ano passado, as contas de balanço do BPC evidenciavam um resultado líquido de 8.289 milhões de kwanzas, uma redução de 6,9%, quando comparado com os 8.907 milhões inscritos nas contas de balanço de igual período anterior.

Apesar do crescimento da margem financeira do banco, que resulta de intermediação financeira em 18% para 62,9 mil milhões de kwanzas, o banco não conseguiu manter o ritmo de crescimento dos dois últimos anos. A variação negativa nos lucros é também explicada pelo aumento da provisão do crédito de recuperação duvidosa, que subiu para perto de 100%, ao sair 32.480 milhões de kwanzas para 60.319 milhões.

“Os bancos angolanos têm aumentado provisão para fazer face ao aumento do malparado, que é um desafio positivo. Estão a ser mais

selectivos na concessão de novos créditos, para proteger os seus balanços. Isto também é positivo”, sublinha Ricardo Veloso, ao avaliar os níveis de malparado na banca nacional.

MAIS BANCOS PÚBLICOS AVISADOS

Além do BPC, mais dois bancos públicos receberam advertências do FMI. É o caso do Banco de Comércio e Indústria (BCI) e do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), que sofreram recapitalizações logo no início do ano, segundo confirmou Veloso, na conferência de imprensa de fim de missão.

O BDA, que este ano declarou prejuízos de 400 milhões de dólares acumulados durante os 10 anos de existência, já anunciou um plano de reestruturação do modelo de operação e concessão de novos financiamentos, que inclui a reestruturação de projectos que se mostrem viáveis.

Para o FMI, a crise está a contribuir para o aumento do malparado e demais alterações no sistema financeiro, realidade que, segundo o organismo, não é exclusiva a Angola. “Qualquer sistema financeiro, em Angola ou em outro país, que sofra o choque que o sistema financeiro angolano enfrenta, e que sai de taxas de crescimento muito alta e para uma estagnação económica, vai sofrer com aumento crédito malparado”, defende o organismo dirigido por Christine Lagarde.

MAIS SACRIFÍCIOS À VISTA

Para o FMI, e apesar das reformas já executadas, nomeadamente a melhoria do saldo fiscal primário não petrolífero e desvalorização do kwanza face ao dólar, são necessárias medidas adicionais para prosseguir o ajustamento à nova realidade dos mercados internacionais de petróleo.

Ao Banco Nacional de Angola, o FMI recomenda a continuidade dos esforços para mitigar os factores determinantes e os riscos resultantes da perda das relações com bancos correspondentes, desafio que, segundo o organismo, está a afectar outros países.

“O atraso na implementação dessas medidas irá aumentar os custos de ajustamento no futuro e preterir os seus benefícios”, alerta a missão do FMI, que deve tornar publico o resultado da visita a Angola e do encontro com o Governo ainda no início de Janeiro de 2017.



ANALISTAS contactados pela agência de informação financeira Bloomberg reviram em baixa a previsão de crescimento da economia angolana para este ano de 1,4% para 0,8%, abaixo da estimativa oficial de 1,1% do Governo.



O BNA AINDA não deu autorização para o registo da Oferta Pública de Aquisição (OPA) do CaixaBank sobre o BPI, cujo pedido está na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), à espera do regulador angolano.

'PROJECT BONDS'

CMC com mais dois bancos

O novo mecanismo da Comissão do Mercado de Capitais (CMC) de captação de recursos para as infra-estruturas do Estado, Project Bonds, passa a contar com mais dois bancos, alargando para cinco o número de instituições financeiras bancárias ao programa, de acordo com uma nota da entidade.

Trata-se dos bancos Caixa Angola e Prestígio que se juntam aos três – Standard Bank Angola, Millennium Atlântico (BMA) e Económico – no projecto de identificação de infra-estruturas públicas com necessidade de financiamento”, definidos no âmbito no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

A iniciativa foi lançada no início de Outubro e é mais um dos programas de captação de fundos para “obras do Estado sem financiamento”, numa nova estratégia da CMC. “A prioridade são os bancos que estão habituados a este tipo de instrumento financeiro”, ou seja, os que actuam em banca de investimento, de acordo com a área de comunicação e apoio ao investidor da CMC.

Outro objectivo da iniciativa é “contribuir para a dinamização e diversificação da economia e, consequentemente, impulsionar o desenvolvimento do tecido empresarial nacional”, conforme um documento da entidade agora presidida por Vera Daves.



ANGOLA TEM BOLSA DE VALORES DESDE A SEMANA PASSADA

BODIVA termina 'luta' com negociações em tempo real

MERCADO DE CAPITAIS. Arranque da bolsa de títulos em ambiente tecnológico fecha ciclo de três anos de procura de modelos para bolsa de Luanda, iniciado em Novembro de 2014. Mercado aberto desde 2015 já negociou três mil milhões de dólares. Famílias vão poder aplicar poupanças.

Por Nelson Rodrigues

Foi com o toque do sino dos mercados de bolsa que o ministro das Finanças, Augusto Archer Manguieira, deu o ‘tiro de largada’, na semana passada, das operações do mercado de bolsas de títulos angolanos, acção que põe fim a quase três anos de ‘batalhas’ na procura do melhor modelo para a implementação em Angola.

Com o lançamento desta unidade, passa a ser possível a negociação de compra e venda de títulos em tempo real, permitindo a visibilidade de preços e de quantidades de títulos emitidos, além da concretização de uma bolsa que “funciona ao mesmo nível que as praças financeiras de referência em todo o mundo”, de acordo Archer Manguieira, a quem coube o anúncio do início das primeiras operações da bolsa de Luanda.

Do processo iniciado em Novembro do ano passado, com o lançamento da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), destaca-se o mercado de bolsa e a Central de Valores Mobiliários (CEVAMA), pela possibilidade de, por esta via, surgirem mais mercados, nomeadamente o obrigacionista e accionista.

De acordo com a estratégia de actuação da Comissão do Mercado de Capitais (CMC) 2012-2017, os mercados de valores mobiliários estão divididos em cinco segmentos: dívida pública, dívida corporativa, fundos de investimentos, acções e futuros. Segmentos que, com o



Apenas o mercado de dívida pública, aberto em 2014, está em pleno funcionamento.

3

mil milhões USD, valor transaccionado pela BODIVA em Maio do ano passado.

ambiente de negócios que “proporciona a adequada segurança jurídica e legítima confiança de quem investe e se financia, em que as ordens de compra e venda dos investidores são transmitidas, registadas e concretizadas em tempo real”.

Desde que foi aberto, em Maio do ano passado, ainda sob forma de Mercado de Registo de Títulos do Tesouro (MRTT), com a primeira transacção a ser absorvida na totalidade pelo Banco de Fomento Angola (BFA), a BODIVA já transaccionou cerca de três mil milhões de dólares.

FAMÍLIAS GANHAM

Outra vantagem do mercado de bolsas é a possibilidade de os particulares e demais detentores de poupanças poderem aplicar os seus recursos na aquisição de títulos, fazendo-os render, operação que serão realizadas, inicialmente, pela contratação de um serviço de intermediação financeira autorizado e credenciado pela CMC.

“Qualquer pessoa que tenha alguma poupança pode agora criar a sua carteira de títulos do Tesouro, recorrendo aos serviços da BODIVA e dos seus agentes de intermediação”, anunciou Archer Manguieira, para quem esta medida ajuda na dinamização da economia.

mercado de bolsa e da CEVAMA, ficam mais perto de arrancar, prevê o ministro das Finanças.

Actualmente, apenas um mercado está em pleno funcionamento, o de dívida pública, aberto em finais de 2014, com a emissão inaugural de títulos do Ministério das Finanças. É a este mercado em que o Estado, através das suas unidades orgânicas, recorre para captar recursos para cobrir, entre outros, despesas correntes e de investimentos.

A bolsa de valores destina-se a promover a poupança e a canalizá-la para as empresas e para as políticas públicas, de modo eficiente, colocando no processo produtivo os recursos que outros canais têm mais dificuldades em mobilizar, defendeu Archer Manguieira, ao elencar as vantagens da entrada em operacionalização do mercado de bolsa.

Segundo o titular da pasta da Finanças, que já foi presidente da CMC, o país passa a contar com um

Mercado & Finanças



Mário Mijettes ©VE

NO ESTUDO SOBRE BANCA EM 2015

KPMG recomenda “inovação” nos serviços bancários

ESTUDO. Melhoria na oferta de produtos e serviços bancários consta do grupo de desafios apontados pela consultora KPMG à banca angolana, no seu mais recente estudo sobre sector em 2015. Análise recomenda também melhoria na gestão de liquidez em divisas.

Por Nelson Rodrigues

A consultora multinacional KPMG concluiu, na sua análise à banca angolana 2015, que os esforços desenvolvidos pelos bancos em conhecer os seus clientes “não têm paralelo” com a oferta de produtos e serviços bancários disponibilizados, alertando para necessidade de equilíbrio destas funções.

A recomendação da consultora consta do estudo ‘Análise ao Sector Bancário Angolano’, que iden-

tifica 12 desafios ao sector, com referência ao exercício financeiro 2015, publicado no final da semana passada, e que inclui dados sobre os 27 bancos comerciais autorizados no período.

“As instituições financeiras têm vindo a aprofundar o conhecimento dos clientes, armazenando e analisando dados e informação sobre as suas necessidades, preferenciais e comportamentais (...). Contudo, a velocidade que os bancos têm imprimido no conhecimento de clientes não tem paralelo numa dimensão igualmente crítica, à de produtos e serviços”, conclui a KPMG, na sua análise ao sistema bancário.

Além da melhoria na oferta e serviços, o estudo identificou ainda a necessidade de reforço do processo de gestão de colaterais e

impacto na determinação de imparidades, melhoria do processo de preparação de informação financeira e de gestão de risco de liquidez ao nível das divisas.

Do lado da gestão da liquidez em moeda estrangeira, a consultora entende que “as restrições ao nível de divisas têm impactado os agentes económicos, sendo que o sector bancário se encontra particularmente exposto, uma vez que desempenha um papel fundamental na gestão da procura e oferta”.

O estudo sobre o sector bancário nacional da KPMG surge duas semanas depois de a congénere Deloitte ter divulgado igualmente um dossiê ‘banca’, com indicadores de desempenho e solidez do sistema não díspares aos elaborados neste estudo.

A juventude e a banca de costas viradas



Lauriano Tchoia

O diálogo distanciado entre a banca e os jovens empreendedores prevalece num episódio entre mudos e delirantes sem que se consiga ver uma saída a curto e médio prazos.

O percurso de costas viradas entre estes dois actores de desenvolvimento desfila muito pela ausência de segurança pelos últimos, que se vêem de mãos atadas por ausência de garantias e um histórico financeiro credível, para atestar que o valor recebido regresse pela mesma porta de onde veio.

É comum recebermos recados via fóruns ou imprensa sobre a clara negação da banca para financiar iniciativas da juventude, mantendo-os numa equidistante orfandade, apontam-se factores de risco em servir este segmento em fase inicial de carreira e na incerteza da seriedade e perspectivas dúbias em ver o negócio crescer.

Nesta cruzada de vozes que se (es) batem uma após outra no mesmo muro, faz chegar um eco, que paira com a promessa dura de não se arranjam caminhos para empurrar a diversificação que chamamos até nós e proporcionar o aumento da oferta interna e mais pão para a mesa das famílias.

Entretanto, entre a falta de garantias como um colateral importante e outros factores intrínsecos, ressalta a ausência de uma estrutura organizativa do negócio, como a ausência de relatórios de contas para medir o pulso do paciente-empresa, assim como um histórico claro dos fluxos financeiros.

Não menos importante é que o jovem empreendedor deve perceber

que crédito é dívida e esta paga-se infalivelmente, na data e hora prevista em contrato de mútuo.

Neste negócio de compra e venda de dinheiro, é preciso perícia e saber o que fazer com o ‘kibuto’ de massa que nos chega às mãos, seja qual for a fonte, porque dinheiro como tal não vem sempre no mesmo ritmo e pensa-se erradamente que o problema do negócio sai resolvido com muito dinheiro em mão.

É comum darem-se passos no pântano quando, na primeira perspectiva, se investe no jogo da aparência pessoal e sai em primeiro plano um jeep e viagens propositadas ao Dubai ou outro extremo qualquer desta órbita e na compra de dois pitbull que vão pedir para comer um cabrito por semana e só depois cair para o negócio,

Claro que a culpa não morre apenas nos jovens que deveriam ser conduzidos com programas de literacia financeira e formações de empreendedorismo, pois os tempos que correm avisam maior domínio na arte de levar o cliente a comprar e fidelizá-lo.

No entanto, se repararmos os relatórios que os bancos apresentam, é fácil ver que a maior facturação se observa em operações de menor risco, não no crédito, proporcionando ganhos directos com o mínimo esforço.

Enquanto o lobo tarda a chegar, brincamos distraídos na selva e as poupanças que se captam fogem do rácio de transformação e a lógica da intermediação directa.

Importa começar a olhar noutra perspectiva de levar os serviços financeiros que, na culpa da falta de inovação, perde o país que tarda a avançar na temática de inclusão financeira.

Que se ponham os jovens a trabalhar enquanto a criatividade e as forças dominarem, os bancos devem ser chamados a conhecer o seu cliente e oferecer produtos e serviços a medida, porque dinheiro encarcerado no cofre não ajuda a nação a crescer.

*Especialista em microfinanças



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos




✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Estrada das Terras Verdes
 km 1 Caope Velha Funda - Cacuaco – Luanda
 Escritório: (+244) 928 981 644
 comercial@concerangola.co.ao | www.concerangola.co.ao

Empresas & Negócios

DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Total Angola entra no mercado do retalho

PETRÓLEO. Negócio deve ficar fechado no segundo trimestre do próximo ano e envolve a compra parcial de 50 pontos de venda de combustíveis à Sonangol.

Por Mário Costa

As negociações com a Sonangol para a entrada da petrolífera francesa Total no segmento da distribuição de combustíveis estarão concluídas em 2017. O negócio passa pela compra parcial, por parte da Total Angola, de 50 pontos de venda à concessionária angolana, antecipando o aumento de distribuidores de combustíveis no país.

Ao que o VALOR apurou, por enquanto, o montante será o principal ponto das negociações por ultrapassar.

Mas, espera-se que, quando estiver concluído o negócio, a Sonangol fique com 51% e a Total 49%, de cada um dos 50 pontos de distribuição.

A medida resulta dos ajustamentos conjunturais desencadeados para negociar a maioria dos contratos de parcerias, tornando a Sonangol “mais eficiente e eficaz”, segundo o gabinete de comunicação e imagem da petrolífera nacional, que confirma a previsão da assinatura do acordo para o segundo trimestre de 2017. O objectivo é conferir “maior competitividade” à maior empresa pública do país que passa “por um processo de reestruturação profunda”.

A administração da Sonangol está já a mapear as zonas onde vai licitar as bombas, estando já seleccionadas as províncias de Luanda,



É a primeira vez que a petrolífera francesa manifesta interesse na distribuição.

Mário Marques ©VE

MEMORIZE

● **Para a Total**, a entrada no mercado da distribuição traduz uma nova aposta, ampliando o seu leque de negócios em Angola. A multinacional francesa opera em Angola há 60 anos, na pesquisa e produção de petróleo.

2014

ano em que a Sonangol e a Galp romperam a parceria em Portugal.

Bengo e Kwanza-Sul. A Sonangol considera mesmo ser este um “grande desafio”, por se tratar de uma tradição da concessionária a presença no retalho.

O ‘desinvestimento’ da petrolífera pública na distribuição traduz, no entanto, uma maior abertura ao mercado do retalho, que conta já com quatro operadores, nomeadamente a Sonangol, Sonangalp, Pumangol e Errangol, esta última uma sociedade entre capitais angolanos e chineses.

A redução da exposição no retalho acontece depois da ruptura com a Galp, facto que, segundo a Sonangol, foi determinante para a procura de outro parceiro que conferisse “maior dinamismo ao sector”.

Em Dezembro de 2014, a Sonangol e a Galp romperam a parceria em

Portugal através da qual geriam postos de combustíveis. Como consequência, a petrolífera lusa foi obrigada a reduzir a sua presença no retalho, em Angola, e 13 postos de vendas foram devolvidos à Sonangol.

Para a Total, a entrada no mercado da distribuição traduz uma nova aposta, ampliando o seu leque de negócios em Angola. A multinacional francesa opera em Angola há 60 anos, na pesquisa e produção de petróleo, sendo a primeira vez que manifesta o interesse no mercado da distribuição.

Os franceses dizem que a nova aposta da companhia resulta da evolução das actividades da empresa que tem uma tradição de negócios em Angola fixa na pesquisa e produção de petróleo.

IMOBILIÁRIO

Grupo Poltec alarga carteira de negócios para ‘fugir’ à crise

Especializado na área da construção, o grupo empresarial de origem polaca, com capitais angolanos, investiu cerca de 50 milhões de dólares no sector agrícola para diversificar a carteira de negócios.

A aposta, segundo o presidente do conselho de administração da empresa, Tomasz Dowbor, surge em resposta

à actual crise que assola a economia nacional, cujos impactos “não pouparam o sector da construção”, área em que a Poltec opera há já 20 anos, no mercado angolano.

Na agricultura, a empresa está a desenvolver projectos de plantação de milho, soja e ração para servir de apoio a um outro projecto, já em curso

no Bengo, na área da avicultura que se irá centrar no abate de frangos.

“Angola consome 380 mil toneladas de frangos, 90% das quais são importadas”, justifica Tomasz Dowbor, reforçando que, com base na nova estratégia de expansão dos negócios, a Poltec deverá investir, nos próximos tempos, na indústria da madeira.

“Angola, há dois anos, saiu de uma situação de dependência alimentar muito grave. Acima de 70% dos alimentos que consumíamos vinham de fora. Por isso, abraçamos a estratégia de garantir a segurança alimentar traçada pelo Executivo e, com dinheiro próprio, decidimos fazer investimento na área agrícola”, advogou o PCA do grupo.

Na construção, a Poltec tem em ‘mãos’ o projecto ‘Boa Vida’, que contempla, entre outros segmentos imobiliários, moradias, escritórios, centro comercial, supermercado, cinema, escolas, creche e dois hotéis, sendo de destacar o CondoHotel, de cinco estrelas.

A empresa emprega actualmente cerca de 1.700 pessoas.

CERCA DE SEIS empresas nacionais encontram-se actualmente em processo de preparação para serem admitidas à cotação em bolsa, revelou, semana passada, sem citar nomes, a PCA da CMC, Vera Daves.



O EMPRESÁRIO Francisco Tchicote disse, em Menongue, Cuando Cubango, que está a apostar na plantação de milho, feijão, mandioca, cebola e tomate, em grande escala, para contribuir na redução da importação desses produtos.



POR INCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Fisco ameaça tirar número fiscal a milhares de empresas

TRIBUTAÇÃO. Entre entidades notificadas pela administração fiscal, constam nomes de empresas e organismos conhecidos, como grupo Kopelson, LS Music ou Instituto Pesquisa de Opinião e Mercado (IPOP).

Planeta Terra, numa parceria com o Ministério do Ambiente, a petrolífera Total e a organização Aliança Clube, segundo a Angop.

Algumas empresas consultadas pelo VALOR apontam, no entanto, possíveis “enganos” da administração fiscal, justificando-se com o facto de nunca terem sido notificadas sobre o exercício de 2014. “A nossa empresa, por exemplo, regularizou a situação de 2013 e, quando tentou resolver o 2014, foi-nos dito na repartição que não nos preocupássemos, porque seríamos contactados a qualquer altura, o que nunca chegou a acontecer”, afirma o director financeiro de uma empresa visada, adiantando que, em relação a 2015 e 2016 têm as contas regularizadas. “Não conseguimos perceber que, numa situação como esta, o fisco possa ameaçar com o cancelamento do NIF”, remata.

AGT FAZ AVISO PRIVADO

Fonte da AGT assegura que as empresas visadas no processo foram, “primeiramente, contactadas por via privada, de acordo com o regulamentado e do que é praticado pela autoridade”. “A publicação no jornal sucede pelo facto de as empresas não reagirem ao aviso inicial da autoridade tributária”, atesta a fonte.

A lei n.º 21/14 que aprova o Código Geral Tributário (CGT), no seu artigo 93.º, diz que a “eficácia dos actos tributários ou outros ligados à matéria tributária depende da sua notificação aos interessados”, notificações que podem ser por via de um “simple aviso postal”, carta registada com aviso de recepção e pessoalmente, segundo os números 1, 2 e 3 da mesma lei.

A notificação da autoridade tributária aos contribuintes faltosos preenche três páginas de publicidade do jornal diário estatal, com nomes de empresas nacionais e sociedades de nacionais e estrangeiros, ligadas a vários ramos de actividades, com destaque para a prestação de serviços, comércio e restauração.



TELECOMUNICAÇÕES Angola Telecom procura reposicionamento

A Angola Telecom está a preparar uma série de produtos e serviços para voltar a competir no mercado das telecomunicações, fez saber, sexta-feira passada, em Luanda, o membro do conselho administrativo Manuel António.

Em declarações à imprensa à margem do VI conselho consultivo do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Comunicação, o responsável referiu que vêm sendo implementados projectos de melhorias de infra-estruturas e que, “num futuro muito breve, no segmento corporativo, apresentar-se-ão novas soluções de ofertas de serviço e com preços concorrenciais”.

O gestor acredita que a empresa “vai, cada vez mais, melhorar as suas infra-estruturas, aumentar o leque de serviços e produtos para que possa chegar a toda a extensão do território”.

Manuel António assegurou, por outro lado, que a empresa está a sofrer algumas transformações que estão a ser implementadas e que fazem parte de um processo de reestruturação, atendendo ao mercado competitivo.



A publicação no jornal acontece quando as empresas não reagem ao aviso inicial da autoridade tributária.

Por Nelson Rodrigues

Mais de uma dezena de milhares de empresas correm o risco de ficar sem o número de identificação fiscal

(NIF) devido a atrasos na apresentação de declarações fiscais e incumprimentos de outras obrigações tributárias, soube o VALOR de fonte da Administração Geral Tributária (AGT).

A revelação surge na sequência de uma notificação do departamento dos serviços fiscais de Luanda, da Terceira Região Tributária, publicada nas duas primeiras semanas de Novembro, em várias edições do ‘Jornal de Angola’, em que se dá aos visados até 30 dias para, junto do organismo, se justificarem, sob pena de verem os seus NIF retirados, além do pagamento

das obrigações fiscais em dívida e perdas de benefícios.

Entre as entidades visadas destacam-se nomes como a Kopelson Investments e Kopelson Capital Limitada, duas sociedades empresariais gestoras de investimentos e participações sociais, ligadas ao empresário Kopelipa Pitta Grós Vieira Dias, filho do chefe da Casa Militar da Presidência da República, Hélder Manuel Vieira Dias Kopelipa.

Constam também nomes de outras entidades e empresas conhecidos como o Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado (IPOP), do grupo Aldeia, o Instituto Médio de Gestão, o Instituto de Investigação Hoteleira, a empresa prestadora de serviços LS Music SA, a loja de mobiliárias distribuidoras de móveis a organismos estatais, a JAV- Comércio e Consultoria limitada, além de escritórios de advogados.

Das pesquisas efectuadas pelo VALOR, não foi possível apurar o

volume de dívidas dos contribuintes citados na notificação da AGT, nem o volume de negócio movimentado pelas empresas durante o período 2014 a 2016, na sequência de um e-mail enviado à autoridade tributária.

Nesta busca, não foi também possível apurar, por exemplo, o volume de negócio movimentado pelo grupo ligado ao empresário Kopelipa Vieira Dias, criado pela terceira série do Diário da República (DR) de 24 de Julho de 2008, e que, em 2009, esteve envolvido na criação do Comité Nacional

30

dias, tempo limite para os visados se justificarem junto da AGT.

(In)formalizando

FAZEDORES DE ARTE PROCURAM MAIS APOIOS PRIVADOS E ESTATAIS

“Poucos clientes para muita produção”

ARTESANATO: Fazer peças a mão é profissão informal, mas não ilegal. É das artes milenares que sustentam famílias e que geram empregos. Mas é muito irregular. Em princípio, só têm pagamentos mensais aos mercados para poder expor. Não há créditos por ser de risco. Mesmo assim, artesãos não desistem.

Por Amélia Santos

De acordo com o livro ‘Zungar pela Cidade, jovens actores na economia informal em Luanda’, de Floruival Raimundo de Sousa, “o sector informal pode ser caracterizado como um conjunto de unidades empenhadas na produção de bens e serviços, tendo como principal objectivo a criação de emprego e rendimentos para pessoas nelas envolvidas. E funcionam normalmente com fraco nível de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital, operam em escala reduzida e baseiam-se na maior parte das vezes por grau de parentesco.”

Os artesãos fazem parte deste

grupo que se junta para um serviço não ilegal, mas informal, que garante o sustento das famílias e, de forma indirecta, a divulgação da cultura nacional.

A ‘palanca negra gigante’, o ‘pensador’ e o ‘mapa de Angola’, feitos em madeira, são das peças mais solicitadas tanto por nacionais, como por estrangeiros. Os adereços decorativos e domésticos como cestos, tapetes, bases, bandejas, abanos, sacolas de compras, entre outros, produzidos em ramo de mateba, também estão entre os artigos de artesanato. O preço mínimo ronda os mil kwanzas e podem ser mais caros, dependendo do estilo, tamanho, tipo de pau e até do possível cliente interessado.

A mateba normalmente é adquirida no mercado das palmeirinhas e ramiros. Já a madeira preta, a mais solicitada, vem principalmente do Tomboco, Zaire, e, em Luanda, é comercializado nos

MEMORIZE

● Os mais de 300 vendedores, na sua maioria artesãos que normalmente se encontram no mercado do Benfica, em Luanda, começaram a ser transferidos, a semana passada, para o Centro de Artes, adjacente ao Museu da Escravatura. O projecto do Ministério da Cultura pretende alterar o actual mercado do Benfica e criar um centro permanente para os artesãos. A feira de artesanato do Benfica, como era conhecida, foi criada em 1993.

mercados dos ‘Kwanzas’ e do Kikolo. Um tronco de madeira de um metro pode custar até 15 mil kwanzas. Já o atado de mateba, com 100 ramos, vende-se por três mil kwanzas.

As principais dificuldade dos artesãos passam por conseguir um ponto estratégico de vendas,

como locais muito frequentados por turistas, os principais clientes. Sentem também dificuldades na divulgação das peças, já que não recebem convites para participar em exposições internacionais e nacionais, “que valorizem mais a cultura, porque a cultura não é só música e comida”.

Na ilha do Cabo, há artesãos que pagam cerca de seis mil kwanzas mensais à administração comunal pelo espaço de exposição. No Benfica, mensalmente, os comerciantes e artesãos pagam dois mil kwanzas cada um à administração do mercado e, em Cacuaco, não se paga nada para expor.

Os artesãos passaram a produzir também adereços decorativos como porta-guardanapos, chaveiros, lembranças de aniversários e casamentos, pulseiras, brincos entre outros. Os preços são muito discutíveis, tudo tem que ver com a quantidade, tamanho e pessoa.

Exemplo de uma manada de elefantes de seis elementos, na Ilha do Cabo, pode custar a partir de 10 mil kwanzas. Um cesto grande no Benfica pode custar entre quatro e cinco mil kwanzas.

Janeiro, Junho e Dezembro são os meses mais rentáveis, muito por causa dos turistas nacionais que vão de férias e preferem levar alguma peça de recordação dos hábitos e costumes dos angolanos.

Domingos Pires, de 56 anos, é artesão há mais de 35 anos e trabalha na ilha de Luanda há sete. O seu foco está na escultura em madeira e acessórios de beleza como missangas, pulseiras e brincos. Todo o rendimento provém da venda de peças de arte com a qual sustenta a família de oito membros. A produção de uma peça pode levar mais de um dia.

Domingos Pires gostaria que, tanto as empresas como as pessoas, valorizassem mais a arte, comprando mais e incentivando



Maketeca Lussala, de 45 anos, vive da arte há 25.



“Os artesãos devem estar inscritos na Aproart, para poderem fazer exposições internacionais.”



No mercado, o expositor paga semanalmente 500 kwanzas.

Mário Mijetes ©VE

10

mil kwanzas é quanto pode custar uma manada de seis elementos em artesanato.

os fazedores. Tal como os outros artesãos que falaram ao VALOR, apela ao bom senso dos jovens, para aprenderem a arte no sentido de garantirem a sua continuidade. “Caso contrário, daqui a 20 anos, poderá não haver artesãos capazes de dar continuidade ao legado”, receia. “A arte vem do espírito criativo, por isso temos de inovar todos os dias”, declara Maketeca Lussala, de 45 anos, que justifica o porquê de ter feito o Pensador com uma estrela na cabeça.

Os artesãos devem estar inscritos na Aproart, para poderem fazer exposições internacionais, aconselha Lussala, que vive da arte há mais de 25 anos e já passou pela praça do Benfica, São Paulo e, hoje, se encontra na Ilha do Cabo. As peças que representam símbolos de Angola são as mais solicitadas, principalmente por estrangeiros.

Em Cacuaco, há um enorme busto da rainha Njinga Mbandi,

calculado em 100 mil kwanzas. Os artistas do município pretendem criar uma associação, faltando apenas o apoio da administração para concluir o processo, além de apoios financeiros.

Afonso António, de 55 anos, vive desta arte há 25 anos, mas confessa que “não é fácil” conseguir crédito para o negócio, reconhecendo que tem muitos riscos. “Há semanas em que só se vendem cinco peças e há outras em que não há vendas. Há muita produção para pouco clientes”.

Outro vendedor de Cacuaco, Kissunda Enriques, de 45 anos, trabalha na arte há 30 anos e lamenta ser “pouco valorizado” enquanto artista, principalmente por quem não conhece a arte. Acredita, entretanto, que, se o Ministério da Cultura e as empresas apostassem mais na publicidade e divulgação desta arte, “poderia ter maior aceitação”, principalmente entre os jovens.

A vender na praça do Benfica, Helena Constantino, de 42 anos, moradora no bairro da Sapu, trabalha em artesanato há 20 anos, e sempre a produzir cestos de roupa, bases e bandejas com ramo de matoba. Para comercializar, procurou fazer economias e juntar-se à tia, para alavancar o negócio.

No mercado, o expositor paga semanalmente 500 kwanzas à administração. As vendas são muito irregulares. O maior número de clientes são as decoradoras e donas de casa. Há dias em que não aparecem clientes, mas a força, persistência e o gosto pela profissão são maiores.

Por dia, pode produzir dois a três cestos. Helena Constantino adquire o material nos mercados dos Ramiros e das Palmeirinhas.



Afonso António, de 55 anos, lamenta ser pouco valorizado.

Mário Mijetes ©VE

5

mil kwanzas, preço médio de um cesto no Benfica.



Os maiores compradores são as decoradoras e donas de casa.



Por dia, Helena Constantino pode produzir três cestos.

DE JURE

LEGISLAÇÃO FOI PROMULGADA EM 2004

Lei 'priva' terreno em caso de subaproveitamento

DIREITOS FUNDIÁRIOS. Nos termos da nova Lei da Terra, direitos fundiários extinguem-se caso não se dê aproveitamento útil e efectivo em três anos consecutivos ou seis interpolados ao espaço concedido.

Por António Nogueira

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, lembrou, recentemente, em Luanda, que, nos termos da Lei de Terra, os direitos fundiários se extinguem caso não se dê aproveitamento útil e efectivo em três anos consecutivos ou seis interpolados ao espaço concedido.

A transmissão do direito de propriedade e a constituição de direitos fundiários limitados sobre terrenos integrados no domínio privado do Estado só pode, segundo a governante, ter lugar para o aproveitamento útil e efectivo.

Branca do Espírito Santo explicou, por outro lado, que "só podem ser objecto de venda os terrenos urbanos concedíveis integrados

no domínio privado do Estado ou das autarquias locais e as pequenas parcelas de terreno insuficientes para construção regular confinantes com terreno pertencente ao requerente em regime de proprietário ou concessionário".

Já os que não podem ser concedidos, são os terrenos integrados no domínio público, abrangidos por uma reserva total, rurais comunitários, enquanto integrados no domínio útil consuetudinário, e os que só podem ser ocupados por meio de licença especial.

Segundo a ministra, a problemática da terra, na sua dimensão jurídica, não pode deixar de ser tratada de forma integrada e em função dos seus múltiplos usos, tais como o suporte de abrigo ou habitação da população residente no território.

A nova Lei de Terras, que estabelece as bases gerais do seu regime jurídico e o regime geral de concessão e constituição dos direitos fundiários, foi promulgada, em Diário da República, em 2004.

A lei aplica-se aos terrenos rurais



A nova Lei de Terras estabelece as bases gerais do seu regime jurídico e o regime geral de concessão e constituição dos direitos fundiários.

e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos, em benefício de pessoas singulares ou colectivas de direito público ou privado, com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária ou silvícola.

O mesmo acontece em relação à exploração mineral, industrial,

comercial, habitacional, de edificação urbana ou rural, de ordenamento do território, protecção do ambiente e de combate à erosão dos solos.

Com 86 artigos, a lei estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem

recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos.

Nos termos da nova lei, "a terra constitui propriedade originária do Estado" pelo que se tornam nulos os negócios de transmissão ou oneração da propriedade dos terrenos integrados nesses domínios.

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA: CHEGAMOS A TODAS AS PROVÍNCIAS.

Nova *Gazeta*

100 MIL. SEM CUSTO.

www.novagazeta.co.ao

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Gestão

VOLKSWAGEN: DE UM PEQUENO AUTOMÓVEL AO GRUPO DE DIMENSÃO MUNDIAL

O carro-símbolo da ideologia nazi

INDÚSTRIA AUTOMÓVEL. Foi Adolf Hitler, líder da Alemanha nazi, que impulsionou criação da Volkswagen. Ideia era ter automóvel ao lado da propaganda. Mesmo com derrota militar, marca é hoje das mais importantes no mundo. Tem mais de 600 mil empregados em dezenas de países e comprou 11 marcas que juntou ao seu 'portfólio'.

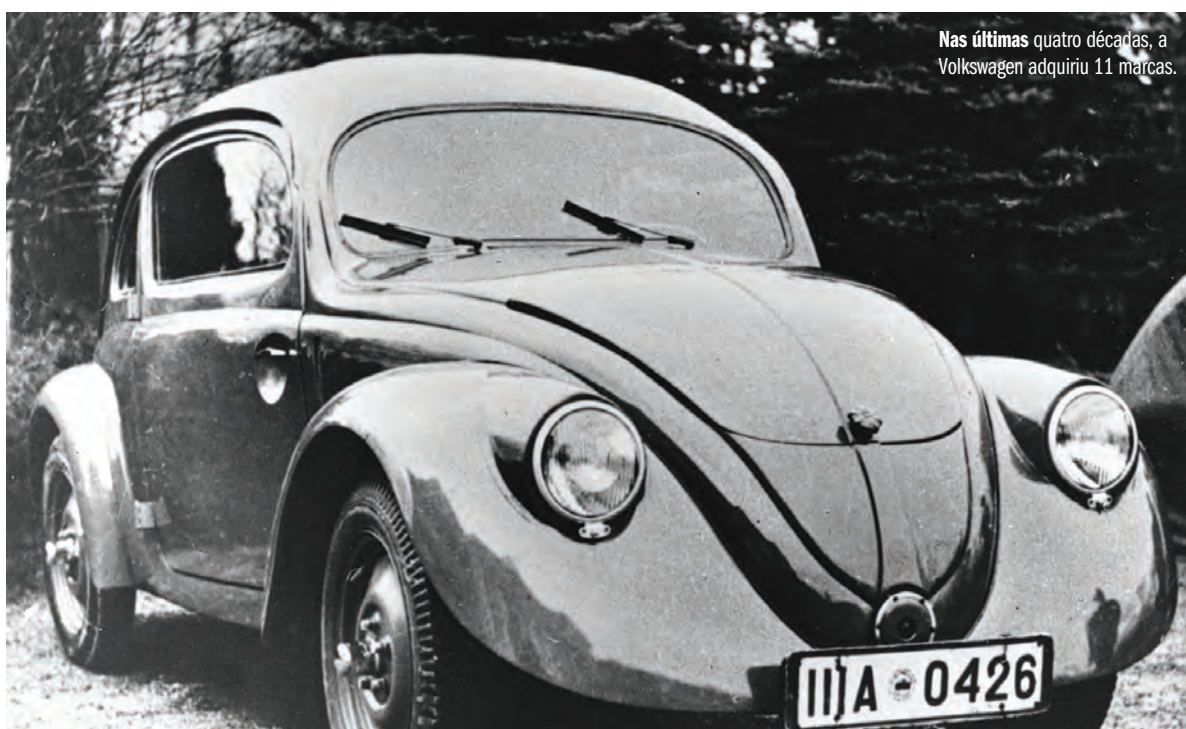
Por Emídio Fernando

Q

uando, ainda em 1933, Josef Ganz criou a marca Volkswagen (literalmente o 'carro do povo') estava longe de imaginar que também

iria formar um dos maiores símbolos da propaganda nazi, que se baseava, entre outras premissas, pela superioridade da raça e pelo ódio aos judeus. A ideia de Josef Ganz era ter um carro simples e tão barato que chegasse ao preço de uma moto. Destacava-se ainda por ter o motor atrás e a bagageira, maior do que qualquer outro carro, à frente. Nascia um dos maiores símbolos da indústria automóvel. Este 'carro do povo' é conhecido por 'carocha', nos países lusófonos, ou 'fusca', no Brasil e 'beetle', nos países anglófonos.

O carro foi apresentado na feira do automóvel, em Berlim, em 1933, em plena ascensão do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, de Adolf Hitler. Logo ali, o líder alemão viu uma forma de aproveitar o carro para a propaganda, mas debateu-se com a primeira dificuldade: Josef Ganz era judeu. Nada que não fosse resolvido de uma forma simples: o criador do Volkswagen foi preso, a ideia foi transferida para os engenheiros nazis e o carro começou a ser construído pela tenebrosa Frente Alemã para o Trabalho. Para liderar o projecto foi escolhido um engenheiro que iria deixar uma marca na indústria: Ferdinand



Nas últimas quatro décadas, a Volkswagen adquiriu 11 marcas.

Porsche, já popular pelos motores de corrida que tinha inventado, e famoso por criar o modelo Porsche.

A Frente Alemã para o Trabalho (FAT) foi criada, em 1933, e funcionava como um 'apêndice' do partido nazi. Chegou a ter 25 milhões de filiados. Suprimiu os sindicatos e todos os trabalhadores eram obrigados a integrar a organização.

Em 1937, a FAT criava o primeiro Volkswagen, numa fábrica em Estugarda, já com as curvas e o formato que ainda hoje é popularizado pela publicidade, pelo cinema, por colecionadores e pelo modelo mais recente, o Beetle. Na primeira série, mais de 336 mil pessoas aderiram – ou foram obrigadas a aderir – à sua compra. Começou assim a história de sucesso interrom-

1937

Ano de fabrico do primeiro carro da marca

336

Mil, número de compradores do primeiro carro Volkswagen

pida com o eclodir da guerra em 1939. A fábrica de automóveis, transformada numa pequena cidade de Wolfsburg, passou a construir veículos militares, como jipes e o famoso tanque de guerra alemão.

Depois da guerra, como todas as instalações destruídas, o fabrico do Volkswagen foi retomado, sob a direcção de engenheiros britânicos, mas com a liderança dos EUA que passaram a controlar a região. O carro continuou a ser fabricado e teve no exército britânico o primeiro grande cliente: 20 mil em apenas um ano. Nos três primeiros anos, chegou a produzir mil carros por mês, aumentando a produção mensal nos anos seguintes.

De símbolo de um país fascista, a Volkswagen passava a ser o símbolo da

Alemanha em recuperação económica, seguindo um modelo de gestão e uma estratégia desenhada pelo governo da, na altura, Alemanha Federal: produção em massa para deter o monopólio da indústria automóvel.

O 'carocha', designado por 'Tipo 1' na nova fábrica, chegou a atingir um milhão de veículos em 1954 e, em 1973, já tocava a fasquia dos 16 milhões, passando a ser o carro mais popular do mundo nas décadas de 1960 e 1970. O crescimento nas vendas foi feito sempre com uma publicidade criativa e arrojada e com a entrada no difícil mercado dos Estados Unidos.

A década de 1970, com as vendas anuais do 'Tipo 1' a superarem um milhão de veículos, 'obrigou' a empresa a criar mais modelos para acompanhar o crescimento da marca. O 'Golf' foi o modelo seguinte que veio ao encontro dos desejos das famílias da classe média, que pretendiam um carro com características mais luxuosas, mas também maior. O modelo que deu nome a marca deixou de ser fabricado em 1974, mas viria a ser retomado, com um formato ligeiramente alterado e mais sofisticado, em 2000.

A criação do 'Golf' aproximou a marca do padrão europeu e permitiu alcançar vendas recordes. Logo a seguir, lançou os carros de gama mais luxuosa como o Tuareg e o Passat.

Nas últimas quatro décadas, a Volkswagen adquiriu 11 marcas, entre elas, a Audi, Skoda, Lamborghini, Seat e Ducati. Integra a lista das 10 empresas mais lucrativas do último ano e é considerada a marca mais importante em todo o mundo. Transformou-se no Grupo Volkswagen, com mais de 600 mil funcionários em dezenas de países.



O que a economia dos EUA precisa de Trump



Joseph E. Stiglitz

Asurpreendente vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais nos EUA deixou uma coisa muito clara: muitos norte-americanos - especialmente brancos - sentem-se deixados para trás. Não é apenas um sentimento. Muitos realmente foram deixados para trás. Como tenho argumentado repetidamente, um sistema económico que não 'distribui' para grande parte da população é um sistema económico falhado. Então, o que o presidente eleito pode fazer?

Ao longo do último terço do século, as regras do sistema económico dos EUA foram reescritas de forma a servir alguns, que se encontram no topo, prejudicando a economia como um todo e especialmente os 80% que estão mais abaixo. A ironia da vitória de Trump é que foi o Partido Republicano que ele agora lidera que empurrou o país para a globalização extrema e contra as estruturas políticas. Mas a história é importante: a China e a Índia estão agora integradas na economia global. Além disso, a tecnologia tem avançado tão rapidamente que o número de empregos, na indústria, a nível mundial está a diminuir.

Não há nenhuma forma de Trump fazer regressar para os EUA um número significativo de empregos bem pagos na indústria. Pode trazer de volta fábricas, através da tecnologia avançada, mas haverá poucos empregos. Pode trazer de volta empregos, mas serão de baixos salários, não os de alta remuneração da década de 1950.

Se Trump for sério na luta contra a desigualdade, deve reescrever as regras, para que sirvam a toda a sociedade e não apenas pessoas como ele.

A primeira passa por impulsionar o investimento, restaurando desse modo o crescimento robusto a longo prazo. Trump deve apostar nas infra-estruturas e na pesquisa científica.

Surpreendentemente, para um país cujo sucesso económico se baseia na inovação tecnológica, a participação do PIB no investimento em pesquisas básicas é hoje menor do que era há meio século.

A melhoria das infra-estruturas aumentaria o investimento privado, que também se encontra atrasado. Garantir um maior acesso financeiro às pequenas e médias empresas, incluindo as que são chefiadas por mulheres, também estimularia o investimento privado.

Um imposto de carbono poderia proporcionar uma bela tripla aposta: crescimento mais elevado à medida que as empresas se adaptam aos custos das emissões de dióxido de carbono; um ambiente mais limpo; e receitas que poderiam ser usadas para financiar infra-estruturas e direccionar esforços para reduzir a divisão económica da América. Mas dada a posição de Trump, que nega que haja mudanças climáticas, é pouco provável que aproveite esta sugestão.

Uma abordagem abrangente também é necessária para melhorar a distribuição dos rendimentos que é uma das piores entre as economias mais avançadas. Embora Trump tenha prometido elevar o salário mínimo, é improvável que empreenda outras mudanças críticas, como o fortalecimento dos direitos colectivos e do poder de negociação dos trabalhadores, além de restringir a compensação e os pagamentos elevados aos CEO.

Uma reforma deve ir além de limitar os danos que o sector financeiro possa fazer e garantir que a economia realmente sirva a sociedade.

Em Abril, o Conselho de Conselheiros Económicos do presidente Barack Obama lançou um estudo em que mostra a crescente concentração de mercado de muitos sectores. Isso significa menos concorrência e preços mais elevados e uma maneira de reduzir os rendimentos reais como os salários.

O sistema tributário retrógrado da América - que alimenta a desigual-

dade ao ajudar os ricos (mas ninguém mais) a ficar mais ricos - também deve ser reformado. A solução seria eliminar o tratamento especial das mais-valias e dos dividendos.

Outro é garantir que as empresas paguem impostos - talvez baixando a taxa do imposto corporativo para as empresas que invistam e criem empregos na América, e aumentando para aqueles que não o fazem. No entanto, como principal beneficiário deste sistema, as promessas de Trump de fazer reformas que beneficiam os norte-americanos comuns não são credíveis; como de costume com os republicanos, as mudanças fiscais beneficiam os ricos.

Trump provavelmente também ficará aquém de melhorar a igualdade de oportunidades. Assegurar a educação pré-escolar para todos e investir mais nas escolas públicas são essenciais se os EUA não quiserem tornar-se um país neo-feudal onde as vantagens e as desvantagens são passadas de uma geração para outra. Mas Trump tem estado silencioso sobre isso.

Restaurar a prosperidade compartilhada exigiria políticas que expandissem o acesso à habitação a preços acessíveis e cuidados médicos, assegurassem reformas com um mínimo de dignidade e permitissem a todos os norte-americanos, independentemente da riqueza familiar, ter acesso a uma educação pós-secundária proporcional às suas capacidades e interesses.

Os problemas colocados pelos descontentes - resultantes de décadas de negligência - não serão resolvidos rapidamente ou por ferramentas convencionais. Uma estratégia eficaz precisa de considerar soluções não convencionais, que os interesses corporativos republicanos não devem permitir. Por exemplo, as pessoas poderiam ser autorizadas a aumentar os seus descontos para a reforma, colocando mais dinheiro na Segurança Social, com aumentos proporcionais em benefícios para as suas pensões. E as políticas

abrangentes da licença familiar e por doença ajudariam os norte-americanos a alcançar um equilíbrio menos stressante entre o trabalho e a vida.

Da mesma forma, uma opção pública de financiamento na habitação poderia dar direito a qualquer pessoa, que paga impostos regularmente, a poder fazer, adiantando 20%, uma hipoteca proporcional à sua capacidade de endividamento, a uma taxa de juro ligeiramente superior àquela em que o governo pede empréstimo. Os pagamentos seriam canalizados através de um imposto de renda.

Muita coisa mudou desde que o presidente Ronald Reagan começou a esvaziar a classe média e a distorcer os benefícios do crescimento para aqueles que estão no topo. Do papel das mulheres na força de trabalho à ascensão da Internet e ao aumento da diversidade cultural, a América do século XXI é fundamentalmente diferente da América da década de 1980.

Se Trump realmente quer ajudar aqueles que foram deixados para trás, deve ultrapassar as batalhas ideológicas do passado. A agenda que acabo de esboçar não é apenas sobre a economia: trata-se de criar uma sociedade dinâmica, aberta e justa que cumpra a promessa de manter os valores mais prezados pelos norte-americanos. Mas, embora seja, de certa forma, um pouco consistente com as promessas da campanha, Trump é a antítese delas.

A minha 'bola de cristal' mostra-se muito nublada e exhibe uma reescrita dos preceitos, mas não para corrigir os graves erros da 'revolução Reagan', um marco nessa viagem sórdida que deixou tanta gente para trás. A nova ordem vai piorar a situação, excluindo ainda mais pessoas do sonho norte-americano.

Prémio Nobel de Ciências Económicas em 2001, professor na Universidade de Columbia, economista-chefe do Instituto Roosevelt, ex-vice-presidente do Banco Mundial

Trump provavelmente também ficará aquém de melhorar a igualdade de oportunidades. Assegurar a educação pré-escolar para todos e investir mais nas escolas públicas são essenciais se os EUA não quiserem tornar-se um país neo-feudal onde as vantagens e as desvantagens são passadas de uma geração para outra. Mas Trump tem estado silencioso sobre isso.

Internacional



POR 5 MILHÕES USD Marilyn Monroe 'vende' vestido

O vestido cor de pele todo incrustado com cristais, usado em 1962 pela actriz norte-americana Marilyn Monroe, foi vendido em leilão, na passada quinta-feira, por cinco milhões de dólares.

Marilyn Monroe usou o vestido quando cantou os 'Parabéns' na festa do 45.º aniversário do presidente norte-americano John F. Kennedy. O tom e a forma como ela cantou ficaram famosos, assim como o vestido que a actriz envergou. Foi em Los Angeles, que o vestido – que já em 1999 tinha sido vendido, por pouco mais de um milhão de dólares – foi licitado, juntamente com outros objectos da actriz. O vestido de cristais foi desenhado por Jean Louis. Antes de a actriz entrar em palco, foi ajudada a vesti-lo e só depois o vestido foi terminado, ou seja, costurado em torno do corpo de Marilyn Monroe.

Inicialmente, a leiloeira Julien's Auction previa que a peça poderia ser vendida por dois a três milhões, mas o valor foi largamente ultrapassado. O comprador foi o dono do império de media Ripley's Believe It or Not!, que é também detentor de uma cadeia de museus, incluindo um em Hollywood, de objectos bizarros.

POUCO OPTIMISMO COM A REUNIÃO DE VIENA MARCADA PARA O FINAL DO MÊS

OPEP deve deixar tudo na mesma

PETRÓLEOS. A reunião da OPEP, agendada para o final do mês, não deve resultar em mudanças significativas na produção do petróleo, de acordo com as avaliações do banco suíço Julius Baer e de analistas africanos. Até ao final do ano, o preço do barril deve ultrapassar ligeiramente os 50 dólares.

A pós o acordo sobre a redução da produção alcançado pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), em

Setembro, a situação continua “complicada” para os membros da África Ocidental da organização que devem negociar duramente em Viena, a 30 de Novembro, prevêem análises africanos contactados pela revista Jeune Afrique. A reunião vai ainda determinar as quotas de cada país.

Todos concordam que o acordo alcançado em Argel, em Setembro, foi “histórico” para reduzir os volumes de produção, mas que há ainda “um longo caminho a percorrer” antes de o preço do barril de crude - actualmente em torno de 50 dólares - voltar a subir.

Dizem os analistas, em estudo acompanhado por bancos suíços, que a redução foi “marginal”, limitando a produção para um nível entre 32,5 e 33 milhões de barris por dia, contra os 33,24 milhões anteriores.

O corte representa quase o aumento da produção de um ano os mesmos países da OPEP. Há analistas que defendem que o Irão tem de ser excluído do acordo para conseguir alcançar os níveis de produção antes do endurecimento das sanções em 2012.

“Se os produtores do Médio Oriente estão dispostos a reduzir os seus volumes para aumentar os preços e os russos para estabilizar, outros países, cuja dependência do petróleo é muito forte, como a Nigéria e Angola, por exemplo, desejam aumentar, em vez de serem isentos de quotas de ligação”, destaca o analista Jubril Kareem, do Ecobank.

De acordo com este especialista, as negociações com a OPEP vão durar meses, por causa da “vontade de perpetuar a alta volatilidade”.



Na Suíça, os bancos não prevêem mudanças significativas na produção de petróleo.

MEMORIZE

● A reunião da OPEP, que pode decidir alterações na produção do petróleo, está marcada para 30 de Novembro, em Viena, Áustria. É a segunda reunião em três meses que discute a possibilidade de se reduzir a produção petrolífera.

50,35

Dólares: valor máximo que deve atingir o preço do petróleo este ano, prevêem analistas.

“boa resistência às condições de mercado, com poucas falências”.

Na Suíça, os bancos não prevêem mudanças significativas na produção do petróleo. Um relatório do banco Julius Baer afirma que o “denominador comum para as negociações ainda é pequeno e qualquer negócio poderia entrar em ‘águas turbulentas’ logo após a assinatura do acordo”. O analista Carsten Menke prevê que um acordo para reduzir “significativamente” a produção de petróleo seja “muito improvável”.

O banco suíço está convencido de que a recente vitória de Donald Trump, nas eleições presidenciais dos EUA, provocou uma “grande volatilidade no mercado internacional de metais, mas o de petróleo praticamente não sofreu qualquer impacto”. Para Carsten Menke, a óbvia relutância da maioria dos membros da OPEP em diminuir a produção tem sido mais influente do que as mudanças políticas. “Sacrificar receitas provenientes da comercialização de petróleo tem sido uma ‘pílula muito amarga’ tomada pela maioria dos Estados que integram a OPEP”, afirma o analista.

“Esperamos um barril em torno de 50,35 dólares, em média, no último trimestre de 2016, um preço ligeiramente superior ao do trimestre anterior”, prevê Ann-Louise Hittle, directora de análise Wood Mackenzie, para quem “este ligeiro aumento não é devido ao acordo com a OPEP, mas simplesmente para baixar novos projectos de insumos de produção”.

“Com este nível de preços, entre os 50 e os 60 dólares por barril, os países africanos vão continuar a sofrer”, alerta Gail Anderson, analista para a África Ocidental da Wood Mackenzie.

“Não vai haver nenhum novo projecto grande em águas profundas no

continente por dois anos”, garante, por outro lado, Jubril Kareem, que espera por parte da Nigéria e Angola “uma melhor flexibilidade nas alterações regulamentares e fiscais para que novos projectos possam surgir”.

Neste contexto difícil, as empresas africanas encontram-se em situações “contrastantes”. “Na Nigéria, aqueles que têm uma carteira diversificada com projectos simultâneos no petróleo e gás vão ser poupados. Mas os outros estão em uma situação difícil”, observa o analista Rolake Akingkugbe, da FBN Capital Limited, que, no entanto, considera que as empresas em África tem tido uma

A VOLKSWAGEN vai despedir mais de 30 mil pessoas em todo o mundo. De acordo com o jornal Handelsblatt, a maior parte dos despedimentos será nas fábricas alemãs. O objectivo é poupar cinco mil milhões USD.



JOSEPH KABILA escolheu Samy Badi-banga para primeiro-ministro, numa decisão surpreendente, já que Badibanga não é considerado um membro da oposição, como tinha sido acordado com o governo da RDC.



EM CABO VERDE

Acordo com a UE

A União Europeia (UE) e Cabo Verde acordaram, durante a oitava reunião de diálogo político, a necessidade de reforçar a cooperação na área da segurança e estabilidade, incluindo a gestão de fronteiras.

A reunião decorreu em São Vicente e juntou delegações lideradas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Luís Filipe Tavares, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Eslováquia, M. Lajcak, em representação da UE.

Segundo o comunicado, as duas partes “enfatizaram a necessidade de reforçar a cooperação na área da segurança e da estabilidade, incluindo a gestão eficiente das fronteiras”.

Nesta matéria, foram identificadas como áreas prioritárias a luta contra a lavagem de capitais e o cibercrime, a segurança marítima e aérea, as telecomunicações e a melhoria dos serviços de informação, a protecção de infra-estruturas, a segurança geral e a protecção civil.

Foram ainda abordados os resultados alcançados em matéria de regulação da segurança alimentar, a cooperação nas áreas da educação, ciência e tecnologia e inovação.

SÉRGIO CABRAL RECEBIA DE CONSTRUTORAS Preso por corrupção

O ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral foi preso, acusado de envolvimento num esquema de corrupção, em que recebia uma ‘mesada’ de empreiteiras que actuavam em obras públicas, segundo a Justiça brasileira.

O procurador do Ministério Público Federal (MPF), Lauro Coelho Júnior, revelou que as empreiteiras Andrade Gutierrez e Carioca Engenharia faziam pagamentos mensais a Sérgio Cabral.

Segundo o procurador, entre 2007 e 2014, Sérgio Cabral recebia uma mesada de cerca de 120 mil dólares da Andrade Gutierrez, e mais 70 mil dólares da Carioca Engenharia que, no segundo mandato, aumentou o pagamento para 150 mil dólares.

“O esquema consistia na cobrança de uma mesada pelo ex-governador

Sérgio Cabral destas empreiteiras que recebiam em troca, em regime de cartelização, grandes obras. As licitações eram fraudulentas e os vencedores pré-determinados depois faziam estes pagamentos”, explicou Lauro Coelho Júnior.

O MPF divulgou informações sobre um esquema de corrupção no Rio de Janeiro no qual empreiteiras privadas superfaturavam obras e pagavam subornos de 5% a funcionários públicos. Também era cobrado um outro valor chamado pelos envolvidos de ‘taxa de oxigenação’ que significava o desvio de mais 01% do dinheiro para os operadores do esquema.

Já foram identificados desvios de 80 milhões de dólares nas obras de reforma do estádio do Maracanã, de um plano de urbanização em favelas e também na obra do Arco Metropolitano. Os promotores alegam que Sérgio Cabral seria o chefe deste esquema de corrupção e branqueamento de capitais.



Já foram identificados desvios de 80 milhões USD na reforma do Maracanã.



O acidente aconteceu quando um camião explodiu, no momento do assalto.

MOÇAMBIQUE

Incêndio em camião mata 75

O governo moçambicano decretou três dias de luto nacional pelas vítimas da explosão

de um camião-cisterna em Tete, centro do país, e que provocou mais de 75 mortos e 108 feridos.

É a segunda vez em menos de dois anos que Maputo decreta luto nacional por causa de uma tragédia na província, após 75 pessoas terem morrido em Chitima em Janeiro de 2015 de envenenamento por uma bebida tradicional quando regressavam de um funeral.

O acidente aconteceu quando um camião-cisterna explodiu, no momento que estava a ser assaltado.

O Conselho de Ministros

criou uma comissão de inquérito para investigar a explosão, a ser liderada pelo Ministério da Justiça e integrada pelos ministérios do Interior, Administração Estatal e Função Pública e Energia e Recursos Minerais.

Segundo a versão do Governo, o camião desviou-se da rota para a localidade de Caphiridzange, em Moatize, onde ocorreu a tragédia, após o motorista ter abandonado o veículo em sobreaquecimento.

Dezenas de pessoas, de acordo com o Governo, tentavam retirar o combustível do camião quando foram surpreendidas por uma explosão.

À entrada do Conselho de Ministros, o presidente moçambicano, Filipe Nyusi, lamentou a tragédia e disse que é preciso flexibilidade das autoridades na assistência às vítimas.

SEIS MILHÕES AFECTADOS

Ataque destapa dados pessoais

Mais de seis milhões de pessoas, na Grã-Bretanha, correm o risco de ficarem com os dados pessoais ‘abertos’, depois de um ataque informático à operadora Three Mobile.

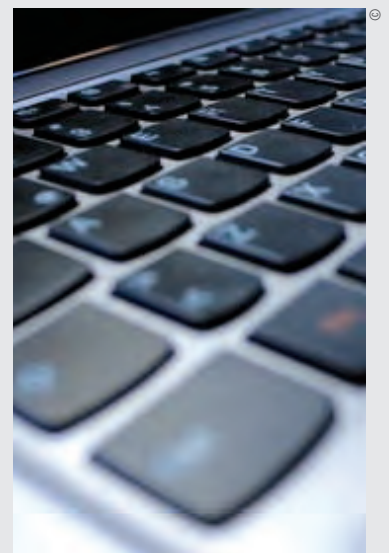
Este já é considerado o maior ataque informático em todo o Reino

Unido e logo numa das maiores operadoras móveis britânicas. De acordo com o jornal The Telegraph, alegadamente, os piratas informáticos terão conseguido aceder à base de dados dos clientes usando a senha de um trabalhador da operadora.

De acordo com o jornal britânico, que cita fonte próxima da empresa, a brecha de segurança vai afectar cerca de dois terços do total de clientes da companhia, um número

que não deverá ficar longe dos seis milhões de pessoas. No entanto, a Three Mobile recusa-se a revelar se que dados foram roubados ou apenas acedidos, assim como o número exacto de clientes afectados.

A operadora indicou, porém, que entre as informações em risco estão nomes, números de telefone, moradas e datas de nascimento dos clientes. As informações financeiras não terão sido afectadas, garante.



Ambiente



Os ODS constituem a Agenda 'ODS 2030' para os próximos 15 anos.

EMPRESA APRESENTA SOLUÇÃO DE PROTECÇÃO AMBIENTAL

Cuidar das plantas, proteger o ambiente

ECOSSISTEMA. Master Plan propõe-se educar população. Empresa abraçou 'Projecto Verde' que pretende ensinar a proteger ambiente, através das plantas.

Por Pihia Rodrigues

Um projecto modular de sustentabilidade urbana e protecção ambiental, para a prevenção do ambiente, foi apresentado na semana passada em Luanda. O

plano, da Master Plan Angola, uma empresa de arquitectura e urbanismo, consiste na educação da população sobre os benefícios que as plantas trazem ao ambiente.

A Master Plan Angola é gestora do 'Projecto Verde', que se resume na transformação e preservação do ambiente, bem como pretende chamar as pessoas a terem mais cuidado com o planeta.

O director adjunto da empresa, Vemba Pedro, lembra que as árvores fortificam os solos para serem

férteis e sustentam a vida no planeta, apelando à responsabilidade na sua conservação e manutenção.

O responsável reforça que o

MEMORIZE

● A Master Plan aplica projectos segundo os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Angola, baseados na iniciativa global 'Primeira Geração'.

princípio fundamental da preservação do ambiente passa pelo respeito e cuidado da comunidade dos seres vivos, critério de sustentabilidade, melhoramento da qualidade de vida, conservação da vitalidade e a diversidade do planeta terra. "É importante a envolvimento de todos neste sentido, por necessitar essencialmente da colaboração da sociedade, para se evitem os problemas sociais e a escassez de recursos que se tornam evidentes", finaliza.

A Master Plan aplica projectos

segundo os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Angola, baseados na iniciativa global 'Primeira Geração', do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia, lançado em apoio à disseminação global dos ODS.

Os ODS constituem a Agenda 'ODS 2030', que conduzirão ao desenvolvimento global nos próximos 15 anos e compreendem 17 metas e 230 indicadores acordados pelos Estados membros da ONU, incluindo Angola, em Setembro de 2015.



PLANO NACIONAL APROVADO

Cunene vai ter prioridade

O Governo aprovou o Plano Nacional sobre as adaptações e as alterações climáticas, que contém vários projectos enquadrados nos objectivos globais sobre a sustentabilidade do planeta.

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, lembrou que o Plano Nacional sobre as alterações climáticas,

elaborado em parceria com as Nações Unidas, estabelece várias prioridades, entre as quais o programa de manutenção, através da criação de um sistema que, no caso do Cunene, prevê a prevenção e protecção da população afectada, quer pelas inundações, quer pela seca.

A ministra indicou o Cunene que

registou, nos últimos anos, fenómenos naturais que causaram prejuízos enormes e mortes, o que motivou as autoridades a reflectirem sobre a necessidade de se capacitarem as instituições e a população para as respostas que se impõem.

Fátima Jardim frisou que o Executivo tem como objectivo

implementar o projecto de adaptação às alterações climáticas junto da bacia hidrográfica do Cunene, com vista a assegurar a médio e longo prazos actividades agrícolas e agro-pecuárias na região, em benefício da província e, sobretudo, da população mais vulnerável.

Educação & Tecnologia

PROJECTO CONTINUA ATÉ 2017

Ministério vai formar 15 mil professores

FORMAÇÃO. Projecto do Ministério da Educação, em parceria com instituição portuguesa, está a formar 90 professores do ensino geral, que deverão capacitar mais de 600. No final, prevê-se que 15 mil docentes aprimorem técnicas de ensino da Matemática, Língua Portuguesa e Supervisão Pedagógica.

Um total de 90 professores de todo o país participa, desde 7 de Novembro, num ciclo de formação em Metodologia para o Ensino da Matemática e da Língua Portuguesa, bem como Supervisão Pedagógica. A formação, a decorrer em Luanda até sábado, foi antecedida por um encontro, a 2 de Novembro, denominado '1.º Workshop de Mobilização dos Actores da Educação'.

Enquadrada no Projecto Aprendizagem para Todos (PAT), uma iniciativa do Ministério da Educação (MED), a formação é ministrada por quatro técnicos vindos da Escola Superior de Setúbal, em Portugal. Prevê-se que os 90 professores agora abrangidos 'repassem' os conhecimentos, nas chamadas Zonas

de Influência Pedagógica (ZIP), a um grupo de mais de 600 professores que, por sua vez, deverão capacitar 15 mil professores do ensino geral em todo o país.

As aulas para os 15 mil professores estão marcadas para a segunda quinzena de Maio de 2017, enquanto os 600 formadores, que serão 'treinados' pelos 90 agora capacitados, começam a ter aulas a partir de Janeiro.

A selecção para os 15 mil professores será mediante a aplicação de um pré-teste, sendo beneficiados os mais necessitados e com maior debilidade, quer em matérias ligadas à Matemática e Língua Portuguesa, como em Supervisão Pedagógica.

O PAT é uma iniciativa do Ministério da Educação. Embora os convénios tenham começado um ano antes, as formações (cíclicas e contínuas) iniciaram em 2014.

Por Onélio Santiago



As aulas para os 15 mil professores estão para Maio de 2017.

Santos Samuessa © VE



O livro está disponível em dois tamanhos e com preços diferentes.

NOVO EQUIPAMENTO PODE CUSTAR 300 DÓLARES

Apple lança produto que não precisa de bateria

O mais recente produto da Apple veio contradizer o avanço da tecnologia. Pode ficar descansado, não precisa de bateria, carregador ou 'power bank': é um livro de capa dura, chama-se 'Designed by Apple in California' e foi lançado este mês.

De acordo com a Apple, este livro serve para comemorar os 20 anos de existência da marca. Conta com 450 fotos dos seus produtos antigos até

aos mais actuais: desde o primeiro Mac, lançado em 1998, até 2015, com o último Apple Pencil, documentando ainda os materiais e as técnicas usadas pela equipa.

O livro está disponível em dois tamanhos e com preços diferentes: o mais pequeno custa 199 dólares e o maior 299. Jonathan Ive, chefe do design da Apple, declara que o produto é dedicado a Steve Jobs. "Desde o princípio, a motivação de Steve foi conseguir algo grandioso para a humanidade, e esse continua a ser o nosso objectivo

na medida em que a Apple olha para o futuro", refere Ive.

No prefácio do livro pode ler-se ainda que o produto não retrata "o processo criativo ou desenvolvimento de produtos", mas sim "uma representação objectiva do nosso trabalho que descreve quem nós somos".

A Apple tem enfrentado várias críticas pela criação do livro, um "acto humilde", mas "incrivelmente pretensioso", e também pelas alterações que foram feitas ao iPhone e ao MacBook Pro, que são incompatíveis com outros produtos e acessórios.

MAIS DE 50 VAGAS SÃO PARA PROFESSOR AUXILIAR

Governo autoriza contratação de professores em universidades públicas

De acordo com o documento, de 8 de Novembro, ao qual a Lusa teve acesso, os ministros das Finanças, Archer Mangureira, e da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto, autorizam

a abertura de 51 vagas para professor auxiliar, 135 para professor estagiário, 49 para técnico superior de 2.ª classe e 18 para técnico de 3.ª classe, "mediante a realização de concurso".

São beneficiadas com esta "atri-

buição de quotas para o ingresso no ensino superior" as universidades Agostinho Neto, Katya-vala Bwila, 11 de Novembro, Lueji A'Nkonde, Eduardo dos Santos, Mandume Ya Ndemufayo, Kimpa Vita e Cuito Cuanavale.

Marcas & Estilos

Totalmente diferente

Também disponível no ouro branco, no ouro amarelo, no ouro de Rosa, ou no ouro chapeado, ou em metal da arma chapeado. Basta entrar em contacto em info@thetytin.com para obter e personalizar um Tytin ao seu gosto.

Metais preciosos

Com um ajuste ligeiro, o casaco de estilo de bombardeiro é reversível com caminhadas intencionais. A costura adapta-se ao seu corpo, ao colar, punhos e à bainha. E as mangas compridas fazem toda a diferença.

Reinvenções

Esta é a reinvenção de um objecto clássico, redesenhado pelos renomados artesãos japoneses para o melhor visual. Foram apelidados de 'off road' pela cantora Skylar Gray, inspirada no seu último álbum 'Natural causes'.

Multi-funcional

Uma solução perfeita para grandes encontros familiares e festas. Bela e multi-funcional, esta mesa é trabalhada com material ultra resistente, com linhas nítidas e contemporâneas, num estilo rústico de madeira recuperada.

Fortunas douradas

Os brincos da Fortuna são perfeitos para o uso diário. Contêm diamantes amarelos, brancos e ouro rosa. E, é claro, são ajustados com os clássicos parafusos de segurança que, no total, podem render muitos e valiosíssimos quilates.

Alcances dinâmicos

Esta 'arma' vem com a opção de um sensor moderno, capaz de disparar em 8K 2.4: 1 em até 75 quadros por segundo, com um desempenho incomparável. Possui sensibilidade de baixa luz melhorada e impressionante alcance dinâmico.

TURISMO

A caminho de Santiago

Nestes tempos em que se aproximam as festividades cristãs, sobretudo católicas, as cidades com forte influência das tradições podem ser excelentes destinos. Uma delas é a espanhola Santiago de Compostela que até se tornou famosa pelas peregrinações de crentes, vindos de todo o mundo. O número de visitantes, por ano, só é superado por Roma, Jerusalém e Meca. Desde 1985 que o conjunto de monumentos seculares faz parte do Património Mundial da UNESCO o que, só por si, dá uma imagem do que se pode encontrar. Situada na Galiza, é cuidadosamente estimada, conservando os palácios, igrejas, jardins e, em especial, os monumentos barrocos. A cidade existe desde o século I.



AUTOMÓVEL

SUV italiano

Nem os mais clássicos carros desportivos 'escapam' à tentação de ter um SUV. A Alfa Romeo entrou na onda e está pronta a apresentar o 'Stelvio' que, dizem os entendidos, era "ansiosamente aguardado". O modelo foi revelado, com fotos, horas antes da apresentação no Salão Automóvel de Los Angeles, nos EUA. Mas não há grandes detalhes. No entanto, as fotos confirmam o Stelvio como uma

versão mais alta do que o sedan Giulia, com um ar musculado e com as clássicas curvas italianas.

A versão revelada em Los Angeles conta com o sistema de tracção nas quatro rodas e um quatro cilindros. Tem um ecrã táctil de 6,5 polegadas de série em todas as versões, como opção de luxo. Por enquanto, não se sabe quanto vai custar este modelo Alfa Romeo.



AGENDA

LUANDA

24 DE NOVEMBRO

O artista plástico Hildebrando de Melo expõe 'History is an object', a sua primeira exposição de esculturas, no Centro Cultural Português, a partir das 19 horas.

25, 26 E 27 DE NOVEMBRO

A Academia de Futebol de Angola, em colaboração com a Arena e a Semba Comunicação, promove a Expo AFA Desporto, a primeira feira de desporto em Angola.

2 DE DEZEMBRO

Ismael Mateus vende e autografa o livro 'O Cidadão Ismael' volume I e II, no Cine Tropical, com um recital de poesia com João Carlos Van-Dúnem e Kieza Silvestre.

2 E 3 DE DEZEMBRO

Dinélia Produções e Eventos realiza o 'Angola international Fashion Show', no Centro de Convenções da Talatona, com Coréon Dú e Yola Semedo. A partir das 19 horas.

17 DE DEZEMBRO

'Show' de Matias Damásio ao vivo no Pavilhão da Cidadela. Bilhetes a 15.000, 2.500 e 1.500 kwanzas. A partir das 20 horas.

“ Quase tudo o que exponho tem que ver com os problemas sociais, como a falta de água e energia, a carência do pão, a gravidez precoce, entre outros. Não adianta falar dos outros, tenho de falar do que vivemos. ”

NELO TEIXEIRA, ESCULTOR E PINTOR

“Ao reciclar contribuo para o ambiente”

ARTES PLÁSTICAS. Nelo Teixeira, carpinteiro e artista plástico, realiza quarta exposição individual, em Luanda. Aproveita material reciclável para construir obras. Esteve na Bienal de Viena e já participou em cinco exposições individuais internacionais. Dá formação grátis, assume que vive da arte, mas só recentemente recebeu primeiro apoio do Ministério da Cultura

Por Amélia Santos

A formação em carpintaria influenciou a entrada para as artes plásticas?

O percurso foi extenso desde os 13 anos. Nesta altura, estava ligado a trabalhos manuais com o meu irmão mais velho. Foi a carpintaria que influenciou as artes plásticas, mas entro nas artes por influência de um amigo.

A carpintaria é uma arma para aplicar nas artes plásticas?

Sim, porque a carpintaria me dá vantagem de conviver com tudo o que é arte. Porque também faço cenografia em cinema, teatro, decorações de bares e restaurantes.

Está a decorrer a quarta exposição. O que retrata?

‘NotBok: Aglomeração no Espaço e nas memórias’ é resultado das transformações de objectos que encontrei pelas ruas de Luanda, a cidade onde o maior foco são materiais recicláveis.

Vive em frente ao mar. Sente alguma motivação para trabalhar com material reciclável?

Aproveitar o material reciclável é um contributo que dou ao ambiente e à sociedade. E é um material bom para se trabalhar. Se nós não o fizermos, ninguém o fará por nós. Não é nada mal experimentar e tirar um resultado bom dele. Vivo à beira-mar e vejo a quantidade de lixo que o nosso mar transporta e é difícil manter-me afastado disso.

Há clientes para esse material?

Nunca sobram peças das minhas exposições. É importante dar um



Manuel Tomás © VE

bom acabamento e criar um historial para a peça. Porque, se não for bem tratada, as pessoas tratam o produto final como lixo.

Dá para viver desta arte?

Vivo disso há muitos anos. Estou agora com 41 anos e só trabalhei como assalariado durante dois

anos. Dificilmente tiro tempo para ir a discotecas ou festas. Vivo todo o tempo a trabalhar. Já participei de um leilão solidário, em Londres, onde a minha obra foi a mais cara. Trava-se de uma escultura de uma mãe grávida e foi leiloada por cerca de 15 mil dólares.

PERFIL

Manuel de Oliveira Martins Teixeira, de 41 anos, natural de Zaire, tem a arte como fonte de vida e como lema de vida ‘só bumba’. A sua referência nas artes em Angola é António Ole e internacional é Salvador Dali. Já participou em mais de cinco exposições colectivas internacionais e quatro individuais nacionais. Constrói também cenários para teatro e cinema, como aconteceu nos filmes ‘O Herói’, de Zé Gamboa, e ‘Cidade Vazia’, de Maria João Ganga. A exposição ‘NotBok: Aglomeração no espaço e nas memórias’ foi inaugurada na semana passada e fica patente até Janeiro de 2017, na galeria do Banco Económico, em Luanda.

É pelo meu trabalho que ando a ser observado. Admirei-me quando disseram que tinha de ir a Veneza. Foi a primeira vez que recebi dinheiro do Ministério.

As formações que ministra nas escolas e em casa, são gratuitas?

Todas as formações que dou são grátis. Em artes plásticas, carpintaria, construção civil, canalização e electricidade.

Como vê o estado das artes plásticas em Angola?

Está num nível top. Há artistas conceituados que aparecem internacionalmente. Já aparecem pessoas a valorizarem mais os artistas, quer em dança, música quer em artes plásticas. Com a nova urbanização de Luanda, já há mais espaços de exposição e facilita na abertura do artista. Quando comecei a pintar, tínhamos apenas três salas de exposição. Antigamente, nas exposições, eram sempre as mesmas pessoas, professores e alunos. Hoje, já há mais salas, pessoas que valorizam mais a arte, empresas que fazem encomendas. Está a evoluir bem.

Os artistas nacionais são valorizados no estrangeiro? Quais os de referência?

Já há muitos artistas principalmente jovens, como Edson Chagas, Kiluange Kia Henda, Yona Mine, entre outros. Mas tem de se fazer um bom trabalho, porque estamos a ser observados e não imaginamos. Quando fui a Veneza, foi a mesma coisa, fiquei admirado pelo convite.

Como surgiu o convite para participar na Bienal de Veneza?

É pelo meu trabalho que ando a ser observado. Admirei-me quando disseram que tinha de ir. Foi a primeira vez que recebi dinheiro do Ministério da Cultura. Foi bom, porque há um contacto directo com todos os artistas nacionais e internacionais.

O que espelham os seus trabalhos?

Sou do gueto, então quase tudo o que exponho tem que ver com os problemas sociais, como a falta de água e energia, a carência do pão, a gravidez precoce, entre outros. Não adianta falar dos outros, tenho de falar do que vivemos.

NÚMEROS DA SEMANA

250

Milhões USD é o valor do financiamento que a República Checa deverá destinar ao sector agro-industrial angolano, num acordo com o Governo.

1,5

Mil toneladas de feijão e 9,4 mil toneladas de milho são as quantidades que a Fazenda Maxi-projecto prevê produzir anualmente.

26

Fábricas na Zona Especial Económica, em Luanda, precisam de pequenos investimentos para entrarem em pleno funcionamento e garantirem a produção de bens e serviços.

5,8

Por cento do PIB, cerca de 1.139,9 mil milhões de kwanzas, é o défice global previsto na proposta do OGE para 2017.

ENCOMENDA DA CHINA

Petróleo em ‘incumprimento’



Pelo menos, 45 dos 51 carregamentos de petróleo saídos do poço angolano Saturno chegaram à China com menos carga do que o acordado, o que equivale a perdas na ordem dos 2,21 milhões de dólares para os compradores. A encomenda foi transportada de Janeiro a Outubro deste ano.

Segundo o maior jornal da província de Shandong, QiLuWan-

Bao, que cita dados da alfândega de Huangdao, no total, as encomendas daquele poço de águas ultra profundas, situado no bloco 31, no norte de Angola, apresentaram um défice de 7.690 toneladas. No caso em que os carregamentos apresentaram maior irregularidade, o valor em falta ascende a 0,5% do total.

Situada em Shandong, Huangdao

é sede de uma das principais refinarias do estatal Sinopec no norte da China, e extremo de um dos oleodutos que fornece ao nordeste chinês. Durante os 10 meses, Huangdao recebeu 3,6 milhões de toneladas de petróleo de Saturno, o que coloca o poço angolano entre o terceiro maior fornecedor, a seguir a Meery 16, na Venezuela, e ESPO, na Rússia.

As autoridades recomendaram aos importadores chineses que, ao assinar o contrato de compra com o fornecedor angolano, devem identificar claramente o método de pesagem e realizar uma inspeção no porto de carga. O bloco 31 tem o petróleo mais barato produzido em Angola e já rendeu em receitas para o Estado, entre Janeiro e Setembro, 57.104 milhões de kwanzas

NOVAS EMPRESAS PODEM ENTRAR NO SECTOR

INACOM anuncia nova lei

Um maior número de empresas poderá, a partir de 2017, prestar serviços no sector das telecomunicações, com a entrada em vigor do novo regime de licenciamento e de acesso à oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas.

Segundo o presidente do conselho de administração do Instituto Nacional de Comunicações (INACOM), Pedro Bengue, o novo regime de licenciamento e de acesso à oferta de redes e serviços de Comunicações Electrónicas, que será implementado no primeiro trimestre do próximo ano, contempla emissão de Títulos Globais Unificados às três operadoras (Unitel, Movitel e Angola Telecom).

Acrescentou que a implementação de um novo regime de acesso vai ao encontro das políticas que nor-



teiam o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017) e responde às necessidades actuais do mercado, alinhando-o às tendências dos novos paradigmas internacionais, no que respeita ao licenciamento. “Sem os referidos instrumentos, seria difícil pôr em prática a orientação do Executivo no sentido de se aumentar a prestação dos serviços em toda

a dimensão do território e permitir inovações no mercado”, realçou.

Pedro Bengue fez estas afirmações durante o sexto conselho consultivo do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Comunicação, realizado em Luanda, onde debruçou-se sob o tema ‘Atribuição de utilização de frequências na gestão eficiente do espectro radioelétrico.

PARLAMENTO

Nova Lei de emissão da dívida pública

Os deputados à Assembleia Nacional aprovaram, sexta-feira, na globalidade, a proposta de Lei de Alteração da Lei sobre o Regime Jurídico da Emissão e Gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta do Estado.

O diploma passa agora a designar-se por Lei nº 1/14 de 6 de Fevereiro, Lei do Regime Jurídico da Emissão da Dívida Pública Directa e Indirecta do Estado. Ao apresentar os fundamentos do texto, o ministro das Finanças, Archer Manguera, afirmou que a alteração da Lei resulta da necessidade da uniformização das regras do sistema de gestão da dívida pública.

Segundo o governante, a medida decorre em função de um novo sistema que tem sido implementado pela unidade de gestão da dívida pública em parceria com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. Argumentou que uma das razões consiste na necessidade de ponderar sobre os mecanismos de avaliação do endividamento governamental que complemente o rácio, dívida, Produto Interno Bruto, alinhando com as práticas internacionais e com os actuais manuais de estatísticas sobre dívida pública.

Visa ainda dar-se melhor precisão técnica das definições da dívida pública directa e indirecta.

O VALOR ESTA SEMANA

DADOS DO INE

Inflação ultrapassa metas

A variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Outubro ultrapassou, contra todas as expectativas, a meta da inflação traçada pelo Governo que é de 38%, tendo a variação homóloga se fixado em 40,1%, revelam dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE). O aumento do nível dos preços foi influenciado, sobretudo, pela classe dos mobiliários. Pág. 10



OGE/2017

Oposição pede maior clareza

Os partidos da oposição exigem ‘clareza’ sobre Orçamento Geral do Estado de 2017. A UNITA afirma que a proposta ‘ofende’ a Constituição por não alocar verbas para autarquias. O MPLA minimiza e garante que o pacote está a ser preparado nos marcos da lei. A proposta foi aprovada, na generalidade, sexta-feira, apenas com votos do partido maioritário. Págs. 8 e 9

ENTRE AGT E MUNICÍPIOS

Finanças locais em disputa

Governos provinciais criticam o modelo praticado pela AGT que obriga ao depósito das receitas arrecadadas pelos municípios na Conta do Tesouro. O quadro actual, segundo os governadores, deixa os administradores impotentes para resolver problemas locais. As receitas valerão ao Estado 400 mil milhões kz até Setembro. Pág. 12